

AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL Nº 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontinuos@dirbi.ufu.br.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA – UFU
INSTITUTO DE HISTÓRIA – INHIS

Taísa de Moura Oliveira

**Cortiços, Trabalho e Mulheres em *O Cortiço*, de Aluísio Azevedo:
algumas considerações sobre o Rio de Janeiro oitocentista**

Uberlândia – MG
2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA – UFU

INSTITUTO DE HISTÓRIA – INHIS

Taísa de Moura Oliveira

**Cortiços, Trabalho e Mulheres em *O Cortiço*, de Aluísio Azevedo:
algumas considerações sobre o Rio de Janeiro oitocentista**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em História, do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para a obtenção do título de Bacharelado e Licenciatura em História, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Daniela Magalhães da Silveira.

Uberlândia – MG
2015

Taísa de Moura Oliveira, 1991.

Cortiços, Trabalho e Mulheres em O Cortiço, de Aluísio Azevedo: algumas considerações sobre o Rio de Janeiro oitocentista. 2015.
56 f..

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Daniela Magalhães da Silveira.

Monografia (Bacharelado e Licenciatura) – Universidade Federal de Uberlândia, Curso de Graduação em História.

Inclui Bibliografia.

Palavras – Chave: O Cortiço, Cortiços, Trabalho, Mulheres.

Uberlândia, 10 de fevereiro de 2015.

Banca Examinadora:

Profª. Dra. Ana Paula Spini
INHIS – UFU

Profª. Dra. Maria Andréa Angelotti Carmo
INHIS – UFU

Profª. Dra. Daniela Magalhães da Silveira (orientadora)
INHIS – UFU

Agradecimentos

Agradeço

A Deus, pelo dom da vida e pela conclusão deste trabalho! Sobretudo, ainda, pelo amor constante e pelo amparo nos momentos de angústia.

Aos meus pais pelo subsídio afetivo e financeiro. À minha mãe, pelo apoio e amor incondicionais e por ser minha mais fiel torcedora. Ao meu pai, pelas palavras de incentivo e pela confiança depositada, saiba que você é “meu querido, meu velho, meu amigo”.

À minha querida orientadora, Daniela Magalhães da Silveira, pela dedicação, atenção e assiduidade. Obrigada pela paciência com minhas inseguranças durante esse percurso e pelas palavras de ânimo a cada reunião. Este trabalho não teria se concretizado sem o seu cuidado e sua orientação. Eu não poderia ter escolhido melhor orientador(a)! Receba o meu singelo agradecimento: muito obrigada!

Às professoras Ana Paula Spini e Maria Andréa Angelotti Carmo, pela gentileza em aceitarem compor a banca, demonstrando disposição para leitura crítica do trabalho.

Resumo

O presente trabalho propõe algumas reflexões sobre o romance *O Cortiço*, escrito por Aluísio Azevedo e publicado, pela primeira vez, em 13 de Maio de 1890. Tratando do cotidiano das classes populares do Rio de Janeiro de fins do século XIX, através do espaço do cortiço São Romão, o romance permite analisar alguns temas peculiares à capital do Império. Utilizando a obra *O Cortiço* como fonte, e cruzando parte da narrativa com bibliografia selecionada, pretende-se analisar três temas principais para melhor entender as peculiaridades do Rio de Janeiro oitocentista, a saber: Cortiços, Trabalho e Mulheres.

Palavras chave: *O Cortiço*, Cortiços, Trabalho, Mulheres.

Sumário

Introdução		7
	Relação entre Literatura e História.....	7
	Aluísio Azevedo e <i>O Cortiço</i>	10
	Apresentação da pesquisa.....	11
Capítulo 1	Poder e desigualdade: um olhar sobre os cortiços do século XIX...	14
	1.1) Literatura e contexto histórico.....	14
	1.2) Construção de personagens.....	16
	1.3) Discurso higienista X Cortiços.....	17
	1.4) Cortiço: o grande personagem.....	24
Capítulo 2	Trabalhar para enriquecer, trabalhar para sobreviver: aspectos sobre o trabalho no Rio de Janeiro oitocentista.....	28
	2.1) João Romão.....	29
	2.2) Bertoleza	33
	2.3) Jerônimo.....	36
	2.4) Lavadeiras.....	39
Capítulo 3	As mulheres em <i>O Cortiço</i>.....	44
	3.1) Estela e o ideal de mulher na família burguesa.....	44
	3.2) Prostituição: perversão ou ascensão?.....	47
Fonte		54
Bibliografia		55

Introdução

Relação entre Literatura e História

A análise de fontes, tão comum no trabalho de historiadores, possibilita a compreensão de questões que foram importantes no passado e que ainda causam algum estranhamento no presente. Mas é bom ressaltar que nem sempre foi assim. Ainda no século XIX, sob a influência do pensamento positivista, o trabalho historiográfico só se realizava mediante a lida com documentos oficiais, atitude que pretendia assegurar à História um caráter científico. A ideia era de documento como sinônimo de verdade.

Mesmo que estivessem certos de que o trabalho objetivo – que àquela época se propunha como neutro – e o exagerado rigor metodológico garantiriam uma história verdadeira, esse pensamento foi questionado pela Escola dos Annales, já no século XX, sob a qual qualquer fonte seria válida para o trabalho do historiador e, também, a subjetividade seria fator preponderante no ofício.

Uma vez que o trabalho do historiador prima, sobretudo, pela investigação histórica dos fatos, torna-se lugar comum no campo a análise dos mais variados documentos, qualquer tipo de vestígios da ação humana. O historiador, por meio de análise minuciosa e da contextualização de documentos, pode descobrir caminhos nunca percorridos antes e o que, para outras áreas, são dados e detalhes irrelevantes, para o historiador, antes, são detalhes fundamentais para se perscrutar uma determinada realidade. Além disso, a maneira de o historiador dialogar com cada fonte e analisá-la, de acordo com sua especificidade, torna seu trabalho único, singular.

Um exemplo bastante interessante desse minucioso trabalho do historiador pode ser retirado do livro *Visões da Liberdade*, quando, na “Introdução”, encontramos o relato da história de Zadig.

Conforme indica Chalhoub, autor do referido livro:

Zadig foi parar na prisão porque os juízes da Babilônia de início não acreditaram que ele pudesse ter descrito tão detalhadamente a cadela da rainha e o cavalo do rei sem tê-los jamais visto. Para os juízes, assim como para o eunuco e o monteiro mor, parecia inconcebível que alguém lograsse

saber tanta coisa a respeito dos animais sem antes ter tido a experiência de encontrá-los cara a cara. (CHALHOUB, 1990, p. 17)

Da mesma maneira ocorre ao historiador, quando relata o passado. Seu trabalho é tão minucioso que pode afirmar, com propriedade, dados e características de um passado no qual não esteve presente, porém investigou à luz de muitas técnicas peculiares ao seu trabalho. As fontes são infinitas e cabe ao historiador usá-las de acordo com suas questões, suas perguntas.

Uma questão que tem acalorado muitos debates, e com razão, é a utilização da literatura como testemunho histórico para o ofício do historiador. Mas porque não seria legítimo, posto que a obra literária trata de um contexto histórico, de uma visão, uma subjetividade, uma forma de representação? A ficção da obra literária que, para muitos, a tornaria prejudicial ao trabalho é o que permite a descoberta de feitos importantes sob os quais outras fontes nada indicam.

É certo que o ofício do historiador não se torna menos árduo quando a evidência histórica se trata de literatura. Ao mesmo tempo em que a literatura se apresenta atraente e prazerosa, é perigosa e traiçoeira. A literatura se mostra como espelho da realidade, no entanto, como um espelho estilhaçado. Podemos partir da questão de que a literatura é evidência histórica objetivamente determinada, tem seu lugar no processo histórico e, assim sendo, precisa ser cuidadosamente investigada. Todavia, surge um problema quando se trata da literatura como evidência para a história social, posto que a literatura, enquanto ficção, coloca em xeque a ideia de realidade/verdade.

Em conformidade com Sidney Chalhoub, quando, na apresentação do livro *A História contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*, fala sobre a relação entre literatura e história, posso afirmar que a primeira tarefa do historiador, nesse sentido, é investigar com a mesma intensidade qualquer testemunho histórico, de acordo com as peculiaridades de cada documento, seja literário ou não. Na ficção, como em qualquer outra fonte, é necessário o mesmo interrogatório sobre as intenções do autor, sobre o que ele diz e sobre o que deixa subentendido, o que diz sem a intenção de fazê-lo. É imprescindível, nesse sentido, ler nas entrelinhas.

Necessitamos, ao trabalhar com literatura, estudar outras interpretações da obra do autor, visto que os literatos precisam ser compreendidos em conformidade com seu tempo, de acordo com a realidade social na qual estão inseridos. Os artistas são,

geralmente, sensíveis ao processo histórico em que estão mergulhados, o que não é diferente com os literatos. Para analisar a ficção como evidência histórica, precisamos, para além da obra estudada, conhecer o escritor e a sociedade na qual ele vivia, todo o contexto histórico.

Um ponto importante que marca diferenciação entre o trabalho dos historiadores e o dos literatos é que, enquanto aqueles estão preocupados com a veracidade dos fatos que relatam, estes não possuem esse compromisso, dado que fazem ficção e não um trabalho historiográfico. O trabalho do historiador tem compromisso político, tem uma gama de responsabilidades por toda e qualquer afirmação. A história tem compromisso com a verdade. Assim sendo, há, quase sempre, história na ficção, mas não deve haver, nunca, ficção na história.

Essa assertiva é defendida por Peter Gay, em *Represálias selvagens*:

Mas sua vocação cada vez mais prestigiada de romancistas empurrou os principais realistas para além do princípio da realidade. Eles eram criadores de literatura, e não fotógrafos ou estenógrafos da vida comum. Seus valorizados poderes de imaginação os liberavam de maneira que eram vedadas aos cientistas da sociedade- sociólogos, cientistas políticos, antropólogos, historiadores-, para quem os fatos e sua interpretação racional continuavam a ser prioridade. (GAY, 2010, p.13)

Muitas vezes, os literatos estão preocupados em entreter e encantar seus leitores, daí o caráter tão atrativo da literatura, diferente do que encontramos em textos de historiadores. As verdades das ficções não se limitam ao mundo dos romancistas, mas servem também aos historiadores. O fato de que a realidade da ficção é distorcida e difícil de discernir não a exclui como evidência histórica, pelo contrário, a torna ainda mais preciosa.

Não existe neutralidade na história, no entanto, existe rigorosa metodologia. O modo de olhar o passado enriquece a interpretação do mesmo, ao invés de limitá-lo. A história tem compromisso com a verdade, e todo o trabalho do historiador, utilizando de qualquer tipo de fonte, se dá nesse sentido.

Aluísio Azevedo e *O Cortiço*

Sendo considerado, pelos críticos contemporâneos, como o introdutor do naturalismo no Brasil devido à publicação de *O mulato*, em 1881, Aluísio Azevedo ambicionava um projeto maior, o qual denominava “Brasileiros antigos e modernos”, e propunha tratar da sociedade brasileira. Nesse projeto, Aluísio incluía cinco pretensas obras, das quais *O Cortiço* era a primeira. A proposta apresentava romances independentes que poderiam ser lidos separadamente, a saber: *O Cortiço*, *A família brasileira*, *O Felizardo*, *A loreira* e *A bola preta*.

A obra, de acordo com seus planos, abrangeria dos anos 1820 a 1887, quando ele acreditava que viria a ruína política do Brasil, a total decadência da sociedade imperial. Todos os romances tratariam, grosso modo, da história de duas famílias que representassem a sociedade brasileira oitocentista, com um proletariado livre e uma burguesia em formação.

Ainda que o ambicioso projeto não tenha vingado, Aluísio escreveu dois romances na perspectiva imaginada, sendo *O Cortiço* e *O homem*, que traziam pontos em comum, como o sobrado, a pedreira e o cortiço. Apesar de *O Cortiço* ser parte integrante do projeto inicial, não respondeu bem às expectativas do mesmo devido às misturas dos personagens entre os dois romances.

Dois personagens de *O Cortiço* assumem uma importância não prevista no projeto inicial. O primeiro deles é João Romão, que encarna o miserável capitalista, dono da pedreira, da venda e do cortiço e que almeja ascensão social e títulos, como os do vizinho Miranda, por quem nutre grande inveja. O segundo personagem é a negra Bertoleza, que é sua concubina e fator preponderante para aumentar, dia a dia, sua riqueza e que, no fim do romance, traída pelo avarento, se suicida, facilitando ainda mais o caminho do vendeiro.

O próprio título do livro, *O Cortiço*, deixa entrever que a intenção de Aluísio era indicar uma obra que tratasse de uma coletividade, a qual dava unidade de composição ao romance. Nesse espaço delimitado, vemos a vida das classes sociais desfavorecidas do Rio de Janeiro no fim do Império e como as mesmas se relacionavam com as demais camadas da sociedade. Durante todo o romance, Aluísio traz os planos e as descrições

dos hábitos, das festas, fatores que dão à narrativa uma importância singular para o conhecimento da vida dos moradores dos cortiços no Rio de Janeiro naquele período. Fortemente influenciado por Zola e, portanto, dentro da perspectiva naturalista, é que Aluísio concebe o romance.

Os personagens do romance vão evoluir em torno do cortiço, meio que Aluísio utiliza para mostrar as leis que regem essas moradias coletivas.

Sendo uma abordagem política do romancista, em *O cortiço*, Aluísio Azevedo denuncia todo um sistema de exploração que se mantinha durante o Império. Isso pode ter sido o fato que levou à rejeição inicial da obra, pois “levantou uma polêmica e fez com que os leitores dos bairros ricos do Rio de Janeiro descobrissem quais eram as bases da sociedade na qual viviam.” (MÉRIAN, 2013, p. 526)

Importante ressaltar que Aluísio Azevedo expõe as gritantes disparidades sociais em *O Cortiço*, contudo, não propõe nenhuma mudança no sistema vigente, ele só elucida seus problemas e sua caracterização. Não encontramos, nele, nenhuma solução para os diversos problemas que descreve: os sociais, raciais e econômicos. Tudo se desenvolve na lógica do romance e sua construção dialética torna mais visível as desigualdades e injustiças que tanto incomodariam a consciência de muitos de seus contemporâneos.

Publicado pela primeira vez em 13 de Maio de 1890, exatamente dois anos após a abolição da escravidão, *O Cortiço* era uma abordagem política na qual Aluísio expunha, através da literatura, suas ideias sobre a sociedade e sua época.

Apresentação da pesquisa

Este trabalho é resultado de pesquisa realizada para cumprimento de Trabalho de Conclusão de Curso, no âmbito da licenciatura e do bacharelado do curso de História da Universidade Federal de Uberlândia. A pesquisa foi realizada durante todo o ano de 2014 e início de 2015.

A princípio, o objetivo era analisar o romance *O Cortiço*, de Aluísio Azevedo, com o qual, desde a primeira vez que li, desenvolvi destacada empatia. No romance, três

temas principais me interessaram, sendo eles: cortiços, trabalho e mulheres. As questões que esses temas possibilitam levantar resultaram, respectivamente, nos três capítulos que compõem a monografia.

No primeiro capítulo, “Poder e desigualdade: um olhar sobre os cortiços do século XIX”, proponho uma análise acerca das habitações coletivas e suas implicações na sociedade. Primeiro, abordo o contexto histórico, as condições de moradia e as pessoas que habitavam os cortiços. Depois, faço uma análise do discurso higienista e da empreitada do poder público em destruir os cortiços em prol dos ideais modernizantes para a capital do Império. E, por último, à luz do romance, faço uma análise do cortiço São Romão como o grande personagem do romance de Aluísio Azevedo; o personagem coletivo que, por vezes, se sobrepõe ao individual e influencia a vida das pessoas.

No segundo capítulo, “Trabalhar para enriquecer, trabalhar para sobreviver: aspectos sobre o trabalho no Rio de Janeiro oitocentista”, exploro o tema trabalho através de três personagens principais, a saber: João Romão, Bertoleza e Jerônimo, e o grupo das lavadeiras. O primeiro personagem estudado, João Romão, encarna o comerciante português que enriquece, no Brasil, por meio do comércio e dos lucros que obtém com o cortiço que constrói no bairro do Botafogo. Já a personagem Bertoleza evidencia as peculiaridades dos últimos anos da escravidão na corte, dado que ‘viviam sobre si’ e trabalhava como quitandeira no Bairro do Botafogo. Negra e resignada, a escrava se junta a João Romão e será fator elementar na construção da sua riqueza. O terceiro personagem tratado, Jerônimo, representa a outra face dos portugueses que viviam na Corte: a dos portugueses pobres que trabalhavam em serviços braçais. Caracterizado por Aluísio como homem forte e honesto, é quem contribuirá no enriquecimento do comerciante João Romão quando for trabalhar em sua pedreira. E, por último, o grupo das lavadeiras, que expõem o trabalho das mulheres livres e moradoras dos cortiços. Essas mulheres precisavam trabalhar bastante, pois, muitas vezes, eram as únicas provedoras do lar. Percebemos, também, que as lavadeiras têm certa consciência de sua condição enquanto trabalhadoras e mulheres e, por isso, se apresentam mais unidas.

Já no último capítulo, “As mulheres em *O Cortiço*”, trago a mulher a partir de dois pontos que são expostos por Aluísio no romance: a mulher burguesa e a mulher prostituta. Primeiramente, apresento o contexto histórico da disseminação das ideias

burguesas no século XIX. Esses ideais previam que o papel da mulher deveria ser: filha, mãe e esposa dedicada ao marido. Percorrendo um caminho de desconstrução desses ideais, mostro como a personagem Estela, representante da classe burguesa, está distante de cumprir esses ideais efetivamente, pois vive um casamento de fachada, é ruim como mãe e esposa adúltera. Analisando o outro ponto, mostro uma das maneiras, de acordo com o romance, pelas quais as moças pobres se enveredam pelo caminho da prostituição, atraídas pelo luxo e buscando ascensão social. Procuro, também, mostrar, através de Pombinha, como o ideal burguês do casamento para ascensão social falha novamente, uma vez que a “flor do cortiço”, influenciada por Léonie, acaba com seu casamento e se torna prostituta ao longo do romance.

Capítulo 1

Poder e desigualdade: um olhar sobre os cortiços do século XIX.

1.1) Literatura e contexto histórico

[...] como se todo o seu ideal fosse conservar inalterável para sempre o verdadeiro tipo de estalagem fluminense, a legítima, a legendária; aquela em que há um samba e um rolo por noite; aquela em que se matam homens sem a polícia descobrir os assassinos; viveiro de larvas sensuais em que irmãos dormem misturados com irmãs na mesma lama; paraíso de vermes; brejo de lodo quente e fumegante, donde brota a vida brutalmente, como de uma podridão. (AZEVEDO, 2006, p. 171)

Com o impactante trecho acima, Aluísio Azevedo descreve, em sua obra *O Cortiço*, a identidade legendária dos cortiços. Tratando especificamente do que ele considera “o verdadeiro tipo de estalagem fluminense”, percebemos como foi construído o estereótipo dos cortiços no imaginário social. O tipo de vida e moradia das pessoas que os habitavam incomodava muito a elite carioca conservadora e, além desses fatores, os cortiços confrontavam diretamente os ideais modernizantes desejados para a capital do Império.

Considerando os textos literários como representação do meio dos quais são oriundos, temos, em *O Cortiço*, uma evidência histórica da cidade do Rio de Janeiro nas décadas finais do Império. Pois, para o historiador, a literatura pode ser compreendida como uma representação do passado que deve ser analisada em sua especificidade. Conforme assinala Sandra Pesavento, no artigo “Relação entre História e Literatura e Representação das identidades urbanas no Brasil (séculos XIX e XX)”:

Para o historiador a literatura continua a ser um documento ou fonte, mas o que há para ler nela é a representação que ela comporta. Ou seja, a leitura da literatura pela história não se faz de maneira literal, e o que nela se resgata é a re-apresentação do mundo que comporta a forma narrativa. (PESAVENTO, 1995, p. 117)

Escrito sob um viés naturalista e expressando fortemente seu menosprezo por esse tipo de habitação coletiva, Aluísio Azevedo usa o espaço do cortiço São Romão

para descrever a vida do povo em contraposição à vida da elite, representada pelo sobrado do aristocrata Miranda.

O Cortiço pode ser considerado como um importante registro sobre as discussões habitacionais que preocupavam diferentes parcelas da população naquele momento. Primeiro, como o próprio título do livro indica, traz à cena o cotidiano de um cortiço, o São Romão, e, destarte, mostra os problemas enfrentados pelos moradores dessas habitações coletivas, como doenças infecciosas e péssimas condições de moradia.

A esse respeito, vejamos as seguintes palavras de Daniela Soares dos Santos:

Azevedo sintetizaria os cortiços como “paraíso de vermes”, em referência a seu aspecto insalubre e à degradação que supostamente causava a seus habitantes. O cortiço seria descrito como santuário de crimes e promiscuidade, onde “larvas sensuais” se multiplicam em meio à lama, fazendo brotar a vida de uma “podridão.” As palavras usadas pelo autor deixam transparecer seu desprezo por esse tipo de habitação popular e sua caracterização como lugar sujo, feio, insalubre, avesso à vida e à civilidade que se queria construir. (SANTOS, 2006, p. 264)

No artigo intitulado “O Cortiço: Higienização de Casas e Formação de Almas”, Santos propõe-se a analisar as ideias de higiene e habitação popular no cenário do Rio de Janeiro do século XIX por meio de *O Cortiço*. A autora mostra como, em determinado momento, os cortiços saíram do seu lugar à margem da sociedade e passaram a representar um empecilho para o ideal modernizante. Não haveria, nesse sentido, mais lugar para os cortiços na capital do Império.

O grande problema é que esses mesmos cortiços eram resultado imediato do crescimento desordenado da capital do Império, que não oferecia condições salubres de moradia a toda essa população emergente.

A população do Rio de Janeiro cresceu consideravelmente a partir do começo do século XIX, quando a família real portuguesa se instalou na cidade, a qual se tornou a capital imperial. Além dos muitos portugueses aristocratas que vieram juntamente à família real, o número de imigrantes, principalmente de portugueses pobres que procuravam trabalho no comércio, também sofreu um aumento considerável.

Nesse sentido, Lígia Vassalo afirma, no artigo “Cortiço e a cidade do Rio de Janeiro”, que “a cidade se povoa - e, portanto, a literatura. Ela se povoa de “*gente graúda*” e “*gente miúda*”.” Todo esse aumento populacional e as mudanças recorrentes

na sociedade oitocentista vão oferecer assunto para a literatura do século XIX, com os mais diversos temas, inclusive os cortiços, do qual trataremos aqui.

Frente a este crescimento desordenado, os problemas habitacionais do Rio de Janeiro começaram a ser percebidos, pois não existia nenhum planejamento para a cidade abrigar toda essa “gente miúda”. Com isso, se deu o sucesso das estalagens e cortiços, pois eram a única alternativa para essas pessoas. Além dos portugueses que chegavam à cidade para o trabalho, havia também os migrantes internos, que eram pessoas do nordeste e norte do país em busca de trabalho e melhores condições de vida. Outra parcela importante dessa população, que também vai habitar os cortiços, eram os negros. A partir de 1850, muitos negros ‘viviam sobre si’, e também havia os que já tinham conseguido sua liberdade.

Significando, grosso modo, “casa de habitação coletiva da classe pobre, casa de cômodos” e sendo o tipo de habitação da maioria das pessoas pobres que moravam no Rio de Janeiro oitocentista, os cortiços eram muito disputados e, mesmo que suas condições fossem precárias, seus cômodos eram rapidamente alugados por essa população emergente.

Como não poderia faltar gente interessada em lucrar com essas pessoas pobres que precisavam de moradia na nova capital, começaram a surgir habitações coletivas, chamadas de cortiços ou estalagens. Calcula-se que os cortiços abrigavam cerca de 11% da população do Rio de Janeiro em 1890, um dado bastante significativo e de data contemporânea à de publicação do romance, 13 de maio de 1890. Reparamos como Aluísio Azevedo viveu concomitante ao surgimento, expansão e fim dos cortiços cariocas.

1.2) Construção de personagens

Partindo da possibilidade de que diferentes interpretações podem ser feitas dos romances de Aluísio Azevedo, e que várias dessas interpretações convergem no ponto que se refere à estratégia de escrita do autor, posso afirmar que Aluísio se utiliza de seus personagens para representar determinados tipos sociais e, além disso, faz uma denúncia social através desses personagens.

Em resumo, essa regra se aplica aos personagens de *O Homem* (1887), bem como aos de *O Cortiço* (1890). O próprio Aluísio, em prefácio ao livro *O Homem*, avisa aos leitores que “quem não amar a verdade na arte e não tiver a respeito do Naturalismo ideias bem claras e seguras, fará, deixando de ler este livro, um grande obséquio a quem o escreveu” (AZEVEDO, 1959a, p. 15). Podemos entrever, pelas palavras do autor, como o literato tinha o objetivo de construir personagens que fossem supostamente fiéis à realidade. Aluísio Azevedo fala de “verdade na arte” se referindo à estética naturalista. Daí se apreende que ele utiliza seus personagens para representar os tipos sociais.

Em *O Cortiço*, um grande leque de personagens transita pelo cortiço São Romão, em que habitam lavadeiras, mascates, operários e prostitutas. Esses personagens constituem o escalão inferior da sociedade que se expandia econômica e demograficamente, contudo sem oferecer condições de moradia para seus novos habitantes. Torna-se crucial, aqui, dizer que Aluísio Azevedo constrói personagens para representar determinadas classes através dos mesmos. Daí o uso repetitivo que faço das palavras retrata, representa, encarna, simboliza, etc.

Todos os personagens do romance são construídos pelo literato com o intuito de retratar suas respectivas classes. É o que ocorre com Miranda, João Romão e Rita baiana. O português Miranda é construído para simbolizar a rica aristocracia oitocentista, já João Romão encarna o comerciante luso e especulador que enriquece com a exploração dos mais pobres e representa a camada de comerciantes lusos que dominavam o comércio carioca no Rio de Janeiro e, por último, Rita baiana espelha a sensualidade da mulata, bem como o asseio e os costumes das brasileiras. Esses exemplos foram selecionados porque são os mais expressivos e que melhor demonstram a construção de personagens feita no romance.

1.3) Discurso higienista X Cortiços

À proporção que alguns locatários abandonavam a estalagem, muitos pretendentes surgiam disputando os cômodos desalugados. Delporto e Pompeo foram varridos pela febre amarela e três outros italianos estiveram em risco de vida. (AZEVEDO, 2006, p. 131)

Nesta passagem do romance, depreendemos como era comum o fato de os moradores dessas estalagens serem varridos por doenças como a febre amarela. Epidemias desse tipo, em seus tempos profícuos, ceifavam vidas durante todo o ano e refletiam a ineficácia das medidas sanitárias utilizadas até então. Em *Cidade Febril*, o historiador Sidney Chalhoub diz que foi devido a essas epidemias que as autoridades começaram a notar a existência dos cortiços por volta de 1850. Primeiro, uma onda de febre amarela em 1850, o que já colocou em alerta as autoridades sanitárias e, depois, uma epidemia de cólera, em 1855.

A preocupação das autoridades sanitárias, todavia, não era que as classes pobres fossem extirpadas pelas doenças e, sim, que contagiassem as classes abastadas que moravam próximas aos cortiços e se relacionavam com essas pessoas que os prestavam serviços.

Conforme assinala Santos, após várias epidemias e frente à inutilidade das medidas sanitárias, foram tomadas novas providências para conter os surtos epidêmicos, dentre eles:

O exemplo mais significativo da intervenção do governo brasileiro na higiene pública no século XIX foi a política de combate às habitações coletivas, iniciada ainda no império. Decididos a eliminar os “miasmas” que julgavam responsáveis pela insalubridade da cidade, denegrindo sua imagem no exterior, as autoridades empreenderam uma verdadeira batalha contra os cortiços e estalagens, contando, para isso, com a ajuda da Academia de Medicina, da Inspetoria de Higiene Pública e da polícia. (SANTOS, 2006, p. 264)

Empenhados em fazer a civilização europeia nos trópicos, declararam guerra a quaisquer tipos de habitações coletivas. Veja bem como ocorre a junção dos poderes públicos em prol do ‘progresso’, progresso que significava a extinção da moradia dos pobres. A Inspetoria de Higiene foi a maior responsável pela aceleração desse processo de demolição dos cortiços. Segundo Santos, “o aumento populacional associado ao novo surto epidêmico, ocasionou a intensificação da campanha contra os cortiços.” (SANTOS, 2006, p. 266)

Interessante frisar que inclusive o Cortiço Cabeça de Porco, que serviu de inspiração para Aluísio Azevedo, foi demolido nessa leva. De acordo com Santos, nessa campanha demoliram “o Cabeça de Porco, o maior deles, que chegou a abrigar cerca de

2000 pessoas e teria servido de inspiração para o romance de Aluísio Azevedo.” (SANTOS, 2006, p. 266)

Em *Cidade Febril*, Sidney Chalhoub, embasado por jornais diários do período, descreve a demolição deste mesmo cortiço Cabeça de Porco, situado no centro do Rio de Janeiro. Adiante, Chalhoub expõe os motivos da perseguição aos cortiços que acarretavam tais demolições, sendo o principal o fato de eles serem considerados focos irradiadores de doenças contagiosas.

Não coincidentemente, em *O Cortiço*, Aluísio nos traz o cortiço Cabeça de Gato. Permito-me conjecturar, através disso, que o autor utilizava a ficção como meio para analisar fatos de sua realidade. O cortiço que o literato denomina Cabeça de Gato na ficção seria, bem provavelmente, o cortiço Cabeça de Porco, do qual ele era contemporâneo.

Nessa sociedade em muito influenciada pelos moldes europeus, o discurso higienista ganhou cada vez mais força, tornando os pobres totalmente vulneráveis frente às leis e aspirações da elite. Outro fator crucial nessa empreitada contra os cortiços é o termo ser considerado sinônimo de bagunça e falta de ordem. Ainda baseados nos ditames europeus, pensavam que, se não havia ordem, seria impossível alcançar o progresso.

Em *Cidade Febril*, Chalhoub mostra bem claramente a expansão e poder que o discurso da higiene ganhou e quais os efeitos disso para os pobres, já que suas moradias eram consideradas ‘nocivas’ à sociedade. Vejamos o que diz o autor:

E houve então o diagnóstico de que os hábitos de moradia dos pobres eram nocivos à sociedade, e isto porque as habitações coletivas seriam focos de irradiação de epidemias, além de, naturalmente, terrenos férteis para a propagação de vícios de todos os tipos. (CHALHOUB, 1996, p. 29)

Dessa maneira, podemos afirmar que, se os pobres propiciavam a disseminação de doenças, eles passaram a ser vistos duplamente como classe perigosa. Por um lado, eram considerados perigosos por disseminar doenças e, por outro, ferindo a moral e os ditos bons costumes, reproduziam os vícios tão nocivos à sociedade carioca oitocentista.

Sendo os cortiços do Rio de Janeiro habitados por negros, mulatos e brancos que constituíam o escalão inferior da sociedade, não é de se estranhar o fato de essas classes serem consideradas perigosas. Temos, nesse contexto, o termo classes pobres como

sinônimo de classes perigosas. Os pobres representavam perigo social às classes abastadas até pela própria reprodução, o que, na concepção da elite, perpetuaria seus vícios. E esses vícios, além de acarretarem problemas de saúde pública, também feriam a moral e os bons costumes que eram almejados para a cidade “moderna”.

Conforme indica Benchimol:

ao responsabilizar a desordem urbana pela degeneração da saúde não só física como “moral” da população, a medicina social diagnosticava causas naturais, relacionadas às peculiaridades geográficas do Rio de Janeiro, e, sobretudo, causas sociais tanto no nível do funcionamento geral da cidade como de suas instituições. (...) A primeira causa de doença era, então, a geografia do meio ambiente, em particular as condições climáticas (...) Um segundo objeto de reflexão eram os aspectos propriamente urbanísticos da cidade. O alvo principal de suas críticas eram as habitações sobretudo “coletivas”, onde se aglomerava a heteróclita multidão de “pobres” na área central do Rio de Janeiro. (BENCHIMOL, 1990, p.116)

Novamente constatamos que os cortiços, aqui chamados “habitações coletivas”, são o principal alvo da medicina social. Se o primeiro aspecto indicado não poderia ser extirpado nem modificado – o clima tropical –, o segundo seria atacado com furor, uma vez que poderia ser extinto em prol da boa saúde pública e moral. Essa difusão do discurso higienista, através da medicina social, foi tão profícua devido a corresponder aos interesses hegemônicos da elite.

Sob o olhar de João Romão, em *O Cortiço*, temos uma interessante constatação de como a burguesia ascendente enxergava os moradores dos cortiços:

E lá em cima, numa das janelas do Miranda, João Romão, vestido de casimira clara, uma gravata à moda, já familiarizado com a roupa e com a gente fina, conversava com Zulmira que, ao lado dele, sorrindo de olhos baixos, atirava migalhas de pão para as galinhas do cortiço; ao passo que o vendeiro lançava para baixo olhares de desprezo sobre aquela gentinha sensual, que o enriquecera, e que continuava a mourejar estupidamente, de sol a sol, sem outro ideal senão comer, dormir e procriar. (AZEVEDO, 2006, p. 144)

Na passagem, Zulmira e João Romão correspondem à elite que olha com desdém os pobres. Neste momento, João Romão, já enriquecido e com ares de aristocrata, encara com desprezo a ‘gentinha sensual’ que gerava sua riqueza e procriava sem parar, dando continuidade à vida miserável que tinham através de seus filhos.

Além dos fatores já mencionados que permeavam a vida nos cortiços, outro fator, conforme aponta Chalhoub, contribui significativamente para a campanha do poder público em prol da demolição dessas habitações coletivas. O mesmo tempo dos

cortiços no Rio de Janeiro – que se estende de 1860-1890 – foi o tempo de lutas enérgicas de negros para conseguir a liberdade, e, concomitante, acontecia, também, todo o alvoroço em torno da abolição ou não da escravidão, fato que incomodava, e muito, as classes abastadas que ditavam as leis que embasavam essa sociedade.

Chalhoub afirma:

Em suma, o que estou querendo sugerir é que o tempo dos cortiços no Rio foi também o tempo da intensificação das lutas dos negros pela liberdade, e isto provavelmente teve a ver com a histeria do poder público contra tais habitações e seus moradores. (CHALHOUB, 1996, p. 29)

Levantados os aspectos sociais nos quais ocorreram a demolição de muitos cortiços, vemos como as bases institucionais da velha monarquia, como o próprio poder da elite aristocrática, influenciaram de maneira singular esse processo.

Se, de um lado, a elite exigia do poder público uma solução para a situação dos negros nessas moradias, de outro, somente essas bases não davam suporte à proliferação tão incisiva do discurso higienista. Foi com a queda da monarquia e ascensão do governo de Floriano Peixoto que esse discurso ganhou vazão, quando a propriedade privada – os cortiços – já não estava tão protegida como durante o Império.

Da mesma maneira que, após a instituição da República, estávamos cerceados pelos ideais europeus de ordem e progresso, o ideal de limpeza e higiene também se instalou com sucesso. E foi esse ideal de higiene e limpeza que alicerçou ações saneadoras que ocorreram posteriormente.

O que se declara, literalmente, é o desejo de fazer a civilização europeia nos trópicos; o que se procura, na prática, é fazer política deslegitimando o lugar da política na história. (CHALHOUB, 1996, p. 35)

Fica evidente, a partir do trecho de Chalhoub, em *Cidade Febril*, como a política brasileira foi forjada para alcançar moldes europeus, desconsiderando as características e peculiaridades da formação econômica e social do Brasil. Como dito anteriormente, estavam empenhados em fazer a civilização europeia nos trópicos, independente das peculiaridades do Brasil. O modo como os discursos higienistas apresentam as condições de vida nos cortiços sugere que essas pessoas escolhiam essas habitações por opção, e não por determinações sociais e econômicas às quais estavam submetidas.

Ao demolir os cortiços, essas pessoas ficavam à mercê da sorte nas ruas, sem nenhum suporte ou solução para suas sobrevivências. Demoliram os cortiços e, conseqüentemente, deram o pontapé inicial para o surgimento das favelas do Rio de Janeiro, não melhorando, em nada, as condições de vida dessas pessoas. Mas conseguiram, ao fim e ao cabo, cumprir os ideais de saneamento e progresso que propunham, extirpando essas habitações do centro da cidade, relegando essas pessoas a áreas periféricas da cidade. Importante notar como os discursos que favorecem as classes dominantes sempre encontraram meios legais para serem propagados e, efetivamente, aplicados.

1.4) Cortiço: o grande personagem

Durante todo o romance, percebemos a exploração do espaço pelo literato, que é o cortiço São Romão. Vemos, também, como esse espaço se constitui de forma precária, lugar em que convivem as classes mais baixas. Apesar desses fatores, notamos como essas habitações coletivas eram rapidamente lotadas por pessoas das classes mais baixas. As especulações que permeavam essas novas habitações são denunciadas pelo literato:

Entretanto, a rua lá fora povoava-se de um modo admirável. Construía-se mal, porém muito; surgiam chalés e casinhas da noite para o dia; subiam os aluguéis; as propriedades dobravam de valor. Montara-se uma fábrica de massas italianas e outra de velas [...] (AZEVEDO, 2006, p. 10).

O proprietário do cortiço São Romão, o vendeiro luso João Romão, encarna um especulador que lucra muito com essas habitações coletivas. Sua ascensão resulta dos lucros que obtém através dos moradores da estalagem São Romão.

E naquela terra encharcada e fumegante, naquela umidade quente e lodosa, começou a minhocar, a esfervilhar, a crescer, um mundo, uma coisa viva, uma geração, que parecia brotar espontânea, ali mesmo, daquele lameiro, e multiplicar-se como larvas no esterco. (AZEVEDO, 2006, p. 26)

Nesta passagem, o autor fala de “um mundo”, “uma coisa viva” que começou a se constituir ali. Esse ‘mundo’ seria um organismo que vai ganhando vida e dando voz à coletividade. Era a realidade dos agrupamentos humanos nos quais habitavam o negro,

o mulato e o branco pobre que eram explorados, no caso de *O Cortiço*, pelo branco português. Depreende-se que é por isso que ele diz que viviam ‘como larvas no esterco’, pois estão inseridos num quadro de miséria, de condições subumanas e esse fator não impedia sua reprodução. E todas essas pessoas, em sua coletividade, formam a unidade do cortiço São Romão.

Em algumas passagens, notamos como Aluísio dá voz ao coletivo afirmando o caráter de unidade do cortiço, no qual o próprio cortiço toma espaço e substitui o individual. O meio, nesse momento, passa a ser o protagonista e o agente determinante na vida das pessoas. Aluísio utiliza, em alguns momentos, recursos de linguagem (prosopopéia) para tornar o cortiço protagonista, como no trecho a seguir: “Eram cinco horas da manhã e o cortiço acordava, abrindo, não os olhos, mas a sua infinidade de portas e janelas alinhadas.” (AZEVEDO, 2006, p. 35)

O cortiço São Romão, nesse trecho, passa a ser o personagem principal que tem a força e é resultado da coletividade. O cortiço, durante alguns momentos do romance, toma o papel de personagem principal. Ele evolui e se transforma, ao fim da narrativa, na Avenida São Romão que possui uma imagem mais cuidada, limpa e ordeira.

O autor não fala de nenhum personagem específico, mas do grande personagem que ganha corpo e voz e vira fator determinante na vida daquelas pessoas. O cortiço São Romão vai ganhando vida própria ao longo do romance, e vai influenciando a vida das pessoas. O grande personagem é o cortiço porque ele traz em sua singularidade os aspectos da coletividade, da vida das pessoas. Deixa de ser um ou outro e estão todos representados pelo cortiço, conforme indicado na obra:

O rumor crescia, condensando-se; o zunzum de todos os dias acentuava-se; já não se destacavam vozes dispersas, mas um só ruído compacto que enchia todo o cortiço. (AZEVEDO, 2006, p. 36)

Torna-se claro, com esse trecho, como o escritor, influenciado por Zola, utiliza o princípio naturalista de que o meio, por ser mais forte, condiciona o homem. O meio, nesse sentido, age e transforma o homem. Note-se como o autor se refere ao cortiço na terceira pessoa, usa verbos como acordava, representando, através do cortiço, o que acontecia à coletividade que estava ali inserida e toma voz através do meio.

Para tornar o cortiço um personagem do romance, durante várias passagens, Aluísio atribui a ele características de um ser biológico. Vemo-lo ser planejado, nascer,

se desenvolver e se aprimorar. A princípio, ainda nos pensamentos de João Romão, o planejamento do cortiço:

Uma estalagem em um ponto enorme, uma estalagem monstro, sem exemplo, destinada a matar toda aquela miuçalha de cortiços que alastravam por Botafogo. (AZEVEDO, 2006, p. 20)

Depois, logo que se viu morando junto à negra Bertoleza, aproveitou de sua fidelidade até para os roubos noturnos que deram início à construção da estalagem. Além dos roubos noturnos, o avarento construía a nova estalagem com material ruim. Para isso:

[...] arrematava madeiramento já servidos; comprava telha em segunda mão; fazia pechinchas de cal e tijolos, o que era tudo depositado no seu extenso chão vazio, cujo aspecto tomava em greve o caráter estranho de uma barricada, tal era a variedade de objetos que ali se apinhavam acumulados: tábuas e sarrafos, troncos de árvore, mastros de navio, caibros, restos de carroças, chaminé de barro e de ferro, fogões desmantelados, pilhas e pilhas de tijolos de todos os feitios, barricas de cimento, montes de areia e terra vermelha, aglomerações de telhas velhas, escadas partidas, depósitos de cal. (AZEVEDO, 2006, p. 22)

Após a construção do cortiço, enfim seu nascimento:

[...] as casinhas continuaram a surgir, uma após outra, e fossem logo se enchendo, a estenderem-se unidas por ali afora, desde a venda até quase ao morro. [...] Noventa e cinco casinhas comportou a imensa estalagem. (AZEVEDO, 2006, p. 23)

Repara-se a prosperidade do vendeiro, dia a dia, com o desenvolvimento do cortiço, que vai ganhando vida e ‘socando-se de gente’, conforme indicado no romance:

E aquilo se foi constituindo numa grande lavanderia, agitada e barulhenta, com as suas cercas de varas... [...] E durante dois anos o cortiço prosperou de dia para dia, ganhando forças, socando-se de gente. (AZEVEDO, 2006, p. 25)

Depois de dois anos de desenvolvimento e composto por todos os tipos de moradores, o cortiço ganha uma nova construção depois de um incêndio, e se transforma na Avenida São Romão, que agora:

estava muito diferente; mal dava ideia do que fora. O pátio... estreitara-se com as edificações novas; agora parecia uma rua, todo calçado por igual e iluminado por três lampiões grandes, simetricamente dispostos.”(AZEVEDO, 2006, p. 175)

Em conformidade com os trechos, vemos como o cortiço se torna personagem e ganha vida ao longo do romance. O cortiço é planejado, depois nasce, se desenvolve e evolui. A mudança parece algo inevitável para que fosse possível o rompimento com as características ultrapassadas. O cortiço passa por uma evolução natural, em que é preciso aprimorar. Agora a Avenida São Romão não comporta mais quaisquer pessoas, essas mesmas iam morar no cortiço Cabeça de Gato. De certa maneira, o cortiço São Romão “aristocratizava-se”, conforme o trecho:

Já lá não se admitia assim qualquer pé rapado; para entrar era preciso carta de fiança e uma recomendação especial. O cortiço aristocratizava-se. (AZEVEDO, 2006, p.175)

O cortiço aparece em outras passagens que trazem mais uma questão: a de que o mundo era o cortiço. A vida daquelas pessoas, de certa forma, estava circunscrita àquele ambiente. Em alguns trechos, vemos como não existe cidade para além do cortiço, o cortiço se resume a ele próprio, ali no bairro de Botafogo. “Amanhecera um domingo alegre no cortiço, um bom dia de abril, muita luz e pouco calor.” (AZEVEDO, 2006, p. 56)

O autor não fala que naquele domingo amanheceu de sol e pouco calor na cidade do Rio de Janeiro, nem no bairro de Botafogo, e sim no cortiço.

Essa dinâmica da vida em detrimento do cortiço era possível porque tudo estava localizado próximo dali, como a pedreira, a fábrica de macarrão e a venda, onde compravam de tudo que necessitavam. A vida da coletividade do cortiço se resumia ali mesmo, ao cortiço (moradia), ao trabalho e à venda.

Já não era uma simples taverna, era um bazar em que se encontrava de tudo, objetos de armarinho, ferragens, porcelanas, utensílios de escritório, roupa de riscado para os trabalhadores, fazenda para roupa de mulher, chapéus de palha próprios para o serviço ao sol, perfumarias baratas, pentes de chifre, lenços com versos de amor, e anéis e brincos de metal ordinário.

E toda a gentilha daquelas redondezas ia cair lá, ou então ali ao lado, na casa de pasto, onde os operários das fábricas e os trabalhadores da pedreira se reuniam depois do serviço, e ficavam bebendo e conversando até às dez horas da noite, entre o espesso fumo dos cachimbos, do peixe frito em azeite e dos lampiões de querosene. (AZEVEDO, 2006, p. 24-25)

O trecho nos deixa claro como havia de tudo que precisassem na venda que estava localizada à entrada do cortiço. Além de explicitar dados sobre a venda, atentamos para outro aspecto da vida dos fregueses: o lazer. Observamos que inclusive

o lazer dessas pessoas (homens) se realizava naquele meio. Após o trabalho, os homens se reuniam na venda e ficavam conversando até à noite, enquanto comiam peixe frito e fumavam seus cachimbos.

Pressuponho que era muito conveniente às classes abastadas que a vida dessas pessoas se limitasse às proximidades do cortiço, que eles consideravam seu lugar social. Essa classe não queria proximidade com as chamadas classes perigosas.

Uma evidência disso, no romance, é quando Miranda fica furioso ao descobrir que o vizinho está construindo um cortiço.

_ Um cortiço! exclamava ele, possesso. Um cortiço! Maldito seja aquele vendeiro de todos os diabos! Fazer-me um cortiço debaixo das janelas, estragou-me a casa, o malvado! (AZEVEDO, 2006, p. 25)

O negociante português Miranda, no romance, representa a camada burguesa com pretensão aristocrática, o qual é dono de um sobrado que está em oposição ao cortiço, que é a camada social mais inferiorizada. Daí o motivo de ele ficar furioso ao saber da construção de um cortiço embaixo de sua janela, inclusive, desvalorizando sua propriedade, seu sobrado. Para ele, não obstante o contato diário que obrigatoriamente teria com essas pessoas, ainda teve seu imóvel desvalorizado. Uma grande perda para o aristocrata!

A disparidade social dos grandes centros urbanos já se apresenta nesse contexto, de um lado, no bairro de Botafogo, o rico sobrado de um negociante português, de outro, a vida miserável dos pobres nas habitações coletivas do Rio de Janeiro oitocentista.

Apresentando a miséria, a marginalização, a prostituição e, principalmente, a exploração nessas habitações, é que Alúcio Azevedo dá voz à coletividade e torna o cortiço São Romão o grande personagem do romance. Um personagem que tem força e é fator determinante na vida das pessoas.

O Cortiço – romance – carrega no nome a representação de sua coletividade e, talvez, com isso, Alúcio quisesse demonstrar que seria esse o sentido da obra, a primazia do coletivo sobre o individual, a unidade de composição garantida pelo todo, pelo cortiço. Em meio a essa coletividade nos são apresentadas duas classes sociais, o proletariado livre em formação e a burguesia. Para além da simples representação

dessas classes sociais, Azevedo elucida a impotência desses trabalhadores diante de seus exploradores. De acordo com Mérian,

Aluisio Azevedo demonstra, neste romance experimental, todos os mecanismos de um sistema econômico e social que não deixa ao povo nenhuma possibilidade de melhorar sua condição de vida diante dos aventureiros inescrupulosos que o exploram. (MÉRIAN, 2013, p. 523)

Essa é a regra geral que segue todo o romance: a classe desfavorecida do Rio de Janeiro – representada aqui pela coletividade do cortiço – prestando serviços e enriquecendo, inconscientemente, a burguesia inescrupulosa em ascensão. Esses aventureiros ‘inescrupulosos’ são os comerciantes portugueses que vinham para o Brasil com o objetivo de enriquecer e era comum que dominassem o comércio de toda a cidade. O personagem do romance, João Romão, representa muito fidedignamente essa classe de portugueses comerciantes e especuladores.

O fator da exploração dessas pessoas não impede, todavia, algumas peculiaridades no transcorrer da obra, como é o caso do enriquecimento de Pombinha que, avessa à vida infeliz e medíocre que levava no matrimônio tão sonhado pela mãe, se transforma em prostituta e, ao lado de Léonie, dominam o alto e baixo Rio de Janeiro. Vale destacar, no entanto, que neste caso o enriquecimento se dá de forma individual e devido à sensibilidade da personagem. Pombinha representa a razão no cortiço, é quem melhor percebe a miserável vida naquele lugar.

Capítulo 2

Trabalhar para enriquecer, trabalhar para sobreviver: aspectos sobre o trabalho no Rio de Janeiro oitocentista

Um vasto leque de temas pode ser explorado através de *O Cortiço*. Dentre eles, um muito importante, pois dá sentido e composição a todo o romance, é o trabalho. Habitado por uma gama de personagens trabalhadores de diversas profissões (lavadeiras, quitandeiras, prostitutas, cavouqueiros, ferreiros, policiais, operários, comerciantes e negociantes), o cortiço São Romão traz para seu centro as transformações que ocorriam no país no século XIX, como o crescimento urbano do Rio de Janeiro desde a vinda da família real para o Brasil (1808), o fim do tráfico negreiro (1850), e o fim da escravidão (1888).

Posto que o romance trata de uma coletividade desfavorecida e da burguesia no Rio de Janeiro oitocentista em constante transformação, o trabalho é tema fundamental, pois é o elemento que une essas duas dimensões da sociedade. De um lado, a classe proletária livre depende do trabalho oferecido pela burguesia ascendente e, de outro, a burguesia necessita do trabalho e da suposta ignorância dessa classe para o seu enriquecimento.

Por isso, torna-se proveitoso analisar esta temática a partir de três personagens principais, os quais: João Romão, Bertoleza e Jerônimo. E através, também, de outro ofício muito importante no romance: as lavadeiras. Justifico a escolha dos personagens pelas identidades sociais que representam. João Romão traz à tona a imagem do português que trabalha no comércio e enriquece com a ascensão de um cortiço no Rio de Janeiro oitocentista; Bertoleza expõe as peculiaridades da escravidão nos fins do século XIX, bem como a exploração e resignação a que é submetida pelo branco explorador (João Romão); Jerônimo evidencia outro viés dos imigrantes portugueses no século XIX, aquele dos portugueses que trabalhavam no serviço braçal e que, assim como seu conterrâneo João Romão, pretendia enriquecer, todavia à base da honestidade. Já as lavadeiras representam, sobretudo, o trabalho de grande parcela das mulheres pobres da Corte que, quando não tinham que ajudar nas despesas da família, eram as próprias e únicas provedoras do lar.

E, pensando nesta perspectiva, torna-se interessante começar a tratar do tema trabalho com o personagem João Romão, que, a saber, é também o primeiro personagem apresentado por Aluísio no romance.

2.1) João Romão

A primeira descrição do português João Romão no romance já revela como, desde muito cedo, o personagem havia se dedicado ao trabalho. De acordo com o que assinala Gladys Sabina Ribeiro, em seu livro intitulado *A liberdade em Construção*, “a opção dos portugueses pela cidade não era nova. Esta oferecia mais chances de enriquecimento” (RIBEIRO, 2002, p.164). E, se a empreitada dos imigrantes lusos no campo não lhes garantiu sucesso, serviu para orientá-los quanto ao melhor destino para o enriquecimento, que era a cidade.

O personagem João Romão estava incluso nesse rol de portugueses empenhados em enriquecer na colônia portuguesa. Além do trabalho e de sua perseverança em economizar para enriquecer, o caráter ambicioso e inescrupuloso do vendeiro o tornaram, mais tarde, o idealizador e responsável pelo surgimento do cortiço São Romão. Aluísio começa relatando a lide exaustiva de João Romão para justificar a forma como surgiu o cortiço. Essa apresentação inicial é o que dá coerência aos próximos capítulos do romance que tratarão do surgimento do cortiço.

Aluísio descreve as privações do vendeiro:

Proprietário e estabelecido por sua conta, o rapaz atirou-se à labutação ainda com mais ardor, possuindo-se de tal delírio de enriquecer, que afrontava resignado as mais duras privações. Dormia sobre o balcão da própria venda, em cima de uma esteira, fazendo travesseiro de um saco de estopa cheio de palha. A comida arranjava-lha, mediante quatrocentos réis por dia, uma quitandeira sua vizinha, a Bertoleza, crioula trintona, escrava de um velho cego residente em Juiz de Fora e amigada com um português que tinha uma carroça de mão e fazia fretes na cidade. (AZEVEDO, 2006, p. 15)

Vemos, no trecho, que, fortemente contaminado por um “delírio de enriquecer”, o “rapaz” impôs a si mesmo as mais duras privações, só trabalhava, não se permitia nenhum tipo de prazer nem regalia. Quando Aluísio sinaliza o personagem com o termo “rapaz”, percebemos o quanto João Romão ainda era novo e já proprietário da venda

onde trabalhou desde a infância. Segundo Ribeiro, era comum que adolescentes portugueses sem profissão se tornassem trabalhadores do comércio, muitos deles vindos para o trabalho ao lado de parentes ou de indivíduos do “mesmo lugar” em Portugal, assim:

[...] era bastante alto o número dos que chegavam na mais tenra idade, preferentemente para trabalharem como caixeiros, ou em atividades ligadas ao comércio, na casa de algum parente, ou em diferentes tipos de serviços. [...] Pareciam com personagem João Romão, do romance *O Cortiço*, de Aluísio Azevedo. Só que os nossos personagens existiram bem antes do final do século XIX. (RIBEIRO, 2002, p. 200)

Quando o vendeiro, posteriormente, se junta à negra Bertoleza, as privações aumentam e até sua comida será da pior espécie, pois vendia os bons legumes de sua horta e, os que não serviriam para o comércio, usava em sua mesa. Trabalhava forte, é verdade; e, por isso mesmo, construiu um império com o passar dos anos, ampliou o cortiço de cem casas para quatrocentas, o que se tornaria mais tarde a Avenida São Romão.

Hoje quatro braças de terra, amanhã seis, depois mais outras, ia o vendeiro conquistando todo o terreno que se estendia pelos fundos da sua bodega; e à proporção que o conquistava, reproduziam-se os quartos e o número de moradores. (AZEVEDO, 2006, p. 18)

Fica bastante evidente, com a citação, a maneira pela qual se deu o crescimento cotidiano do cortiço. João Romão o ampliava de dia para dia e, assim como aumentava o espaço, multiplicavam os moradores naquele lugar.

Além do cortiço, o vendeiro ainda possuía uma pedreira, a qual lhe daria muito lucro futuramente, quando administrada pelo português Jerônimo. Um importante motivo para a disputa das casas do cortiço estava no fato de aquele ponto do bairro ser um bom lugar “para a gente do trabalho” (AZEVEDO, 2006, p.25), uma vez que se localizava perto da pedreira e possuía água em abundância para as lavadeiras.

Exemplos de enriquecimento, primeiramente através do comércio, como o de João Romão, em *O Cortiço* e de Luís Dias, em *O mulato*, ambos os personagens criados por Aluísio Azevedo, são inspiração para os pobres que continuavam abaixo deles, segundo Fabiane Popinigis:

Enriquecidos, admirados e invejados pelos que continuavam “abaixo” deles, esses indivíduos eram, entretanto, ridicularizados pelos homens da elite. Foram constantemente caricaturados como pessoas rudes, a quem o

desenvolvimento do comércio havia enriquecido, mas que não partilhavam o bom gosto e as regras de civilidade aprendidos em berço de ouro ou nas universidades do Rio de Janeiro ou Recife, quando não Lisboa ou Paris. (POPIGINIS, 2007, p. 91)

De fato, como demonstra Popiginis no livro *Proletários de Casaca*, os portugueses que conseguiam enriquecer através do comércio, como João Romão, eram vistos, pela elite, de duas maneiras estereotipadas: a primeira como oportunistas empenhados em gastar o que tinham para aparentar o que não eram e ainda serem ridicularizados pela elite carioca; a segunda, como comerciantes avaros e mesquinhos que ganhavam tudo por meio da exploração dos trabalhadores pobres.

A venda em que João Romão trabalhava desde os treze anos e da qual se torna proprietário se localiza na entrada do cortiço, e nela se encontram gêneros alimentícios, mercadorias de armazém, loja de ferragens e restaurante. Estavam aí contidas todas as formas de exploração possíveis sobre os trabalhadores, que eram ao mesmo tempo inquilinos do seu cortiço e fregueses do seu comércio. Não obstante o lucro que ganhava na venda, o português se valia de desonestidade e roubava no peso dos trabalhadores. O vendeiro ficava cada vez mais rico e fora se tornando o principal fornecedor àquelas pessoas, pois:

Era João Romão quem lhes fornecia tudo, tudo, até dinheiro adiantado quando algum precisava. Por ali não se encontrava jornaleiro, cujo ordenado não fosse inteirinho para as mãos do velhaco. E sobre este cobre, quase sempre emprestado aos tostões, cobrava juros de oito por cento ao mês, um pouco mais do que levava aos que garantiam a dívida com penhores de ouro ou prata. (AZEVEDO, 2006, p. 25)

Esse sucesso dos negócios do comerciante luso se devia a muitos fatores, dentre eles o fato de que a atividade comercial se entremeava com a residencial, uma vez que os populares buscavam morar próximos ao local de trabalho, tendo distância que pudesse ser vencida a pé, para evitar difíceis e custosos deslocamentos.

Assim como vemos o cortiço nascer, se desenvolver e transformar-se ao longo do romance, vemos o vendeiro trabalhar, enriquecer e transformar-se graças à sua falta de escrúpulos e aos diversos tipos de enriquecimento que lhe são possíveis graças àquelas pessoas. Além de morarem em suas casas, eram suas freguesas e alguns até empregados em sua pedreira.

Vale destacar que João Romão representa, na obra, o burguês em ascensão e as formas obscuras de enriquecimento de muitos comerciantes nos anos finais do Império. Aluísio mostra que a estratégia de exploração de João Romão se dava de duas maneiras complementares: primeiro, alugava as casas do cortiço aos trabalhadores e, depois, os fazia fregueses de sua venda. Os trabalhadores nele residem e encontram de tudo para suas sobrevivências miseráveis.

O autor apresenta uma perspectiva de dominação para demonstrar como os capitalistas almejavam guiar as classes trabalhadoras. O representante da classe no romance, o vendeiro João Romão, controla a vida dos seus inquilinos de muitas maneiras: recebe deles o aluguel mensal; os tornam fregueses de sua venda, na qual rouba no peso; cobra o aluguel da utilização do tanque pelas lavadeiras; e, por último, emprega alguns inquilinos, a preço miserável, em sua pedreira. A visão de Aluísio acerca dos capitalistas pode seguir esse caminho, homens desonestos cuja riqueza provém da miséria e exploração de outras pessoas, o qual João Romão tão bem representa.

O personagem de Aluísio Azevedo não foi bem aceito pelo público, certamente porque expõe algumas das formas de enriquecimento e ascensão da burguesia carioca. No capítulo “A Época dos Grandes Projetos”, do livro *Aluísio Azevedo: vida e obra (1857-1913)*, Jean-Yves Mérian afirma sobre o personagem João Romão: “Ele incomodava a consciência de certas pessoas, cujo passado podia lembrar, às vezes, o de João Romão ou Miranda”. (MÉRIAN, 2013, p. 533)

Não obstante, as formas ilícitas de ascensão, após o enriquecimento sujo, as regalias de fidalgo estavam asseguradas pela Corte. Para além de ser trabalhador e representante da classe capitalista, João Romão é também, no romance, o capitalista que ilustra a maneira pela qual os comerciantes portugueses enriqueciam na sociedade carioca oitocentista.

Após enriquecer de maneira desonesta:

O dinheiro abre-lhe todas as portas, e ele se civiliza para entrar num mundo que o desprezava. Ajudado pelo velho parasita Henrique Botelho, que vive na casa de Miranda, João Romão torna-se o pretendente de Zulmira, e no fim do romance está tudo pronto para o casamento. É o início de uma ascensão social que poderia continuar até a obtenção de um título de nobreza. Bertoleza não serve para mais nada nesse contexto, e seu horrível suicídio é uma solução conveniente para João Romão, que vê, assim, desaparecer o símbolo de um passado duvidoso. (MÉRIAN, 2013, p. 508)

A personagem Bertoleza, presente na citação acima, toma espaço agora. Companheira fiel de João Romão, é quem, com e como ele, trabalha arduamente, e o ajudava na construção do cortiço, o fator elementar da riqueza do comerciante.

2.2) Bertoleza

Negra e resignada, Bertoleza era escrava que vivia ‘sobre si’ e pagava de jornal ao seu dono, trabalhando como quitandeira no bairro do Botafogo.

Bertoleza também trabalhava forte; a sua quitanda era a mais bem afreguesada do bairro. De manhã vendia angu, e à noite peixe frito e iscas de fígado; *pagava de jornal* a seu dono vinte mil réis por mês, e, apesar disso, tinha de parte quase que o necessário para a alforria. Um dia, porém, o seu homem, depois de correr meia légua, puxando uma carga superior às suas forças, caiu morto na rua, ao lado da carroça, estrompado como uma besta. (AZEVEDO, 2006, p. 15)

Além de evidenciar que a negra “trabalhava forte” como quitandeira no bairro do Botafogo, Aluísio ainda expõe as peculiaridades da escravidão no fim do século XIX. Assim como afirma Sidney Chalhoub, em *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*:

[...] para escravos, assim como para libertos e negros livres em geral, as alternativas viáveis de moradia na Corte no período eram cada vez mais os cortiços e as casas de cômodos. Sair da casa do senhor, ou do ex-senhor, era um desejo que talvez não tivesse muito a ver com a expectativa de melhores condições materiais de vida. Os cativos continuavam a ter de pagar os jornais, e havia agora as despesas do aluguel e da alimentação; os libertos estavam pelo menos livres dos detestados jornais que antes pagavam aos senhores. Como dizia Bertoleza, a negra que era amásia de João Romão, em *O cortiço*, a respeito dos jornais que tinha de “escarrar” para o proprietário: “Seu senhor comia-lhe a pele do corpo”. (CHALHOUB, 1990, p. 239)

Sua forma de sobrevivência como escrava que pagava de jornal a seu dono quer dizer que pagava por dia de trabalho. E esse tipo de acordo custava muito caro aos cativos, dado que, além do pagamento ao senhor, precisavam dar conta do aluguel e da alimentação. Após ficar viúva, Bertoleza torna-se amásia de João Romão, o qual forja uma carta de alforria e passa a explorar, diariamente, a negra. Enganada pelo vendeiro sobre sua situação, a escrava agora não paga mais de jornal ao seu dono que “comia-lhe a pele do corpo”, no entanto torna-se escrava física e sexual do vendeiro.

Aluísio pressupõe, sob os pensamentos de Bertoleza, o ideal de superioridade que se fazia do branco sobre o negro, o que a tornava ainda mais vulnerável à exploração do branco português, conforme podemos observar:

Ele propôs lhe morarem juntos e ela concordou de braços abertos, feliz em meter-se de novo com um português, porque, como toda a cafuza, Bertoleza não queria sujeitar-se a negros e procurava instintivamente o homem numa raça superior à sua. (AZEVEDO, 2006, p. 16)

Note-se o ‘de novo’ do trecho. Revela que Bertoleza antes havia se relacionado com outro português, porque, nesse sentido, para ela (segundo os pensamentos da negra), sujeitar-se a um branco era mais produtivo, poderia melhorar sua raça, posto que, na sua acepção, o branco representava uma raça superior.

Bertoleza encarna, sobretudo, o valor simbólico do negro que é sugado até a última gota pelo branco explorador. Mesmo que antes de estar em união com o comerciante português já trabalhasse duro, o fazia para si e para ‘pagar de jornal’ ao seu senhor. Quando já se encontra em concubinato com o português, passa a trabalhar para o enriquecimento único e exclusivo do vendeiro, o qual futuramente a despreza e é o responsável por seu fim trágico.

Um fator deixa Bertoleza ainda mais rentável ao comerciante: ela trabalha muito mais agora, e com prazer, já que acredita na mentira do seu amante de que foi alforriada. Ilusão que só é desfeita no seu auto de morte.

Bertoleza representava agora ao lado de João Romão o papel tríplice de caixeiro, de criada e de amante. Mourejava a valer, mas de cara alegre; às quatro da madrugada estava já na faina de todos os dias, aviando o café para os fregueses e depois preparando o almoço para os trabalhadores de uma pedreira que havia para além de um grande capinzal aos fundos da venda. Varria a casa, cozinhava, vendia ao balcão na taverna, quando o amigo andava ocupado lá por fora; fazia a sua quitanda durante o dia no intervalo de outros serviços, e à noite passava-se para a porta da venda, e, defronte de um fogareiro de barro, fritava fígado e frigia sardinhas, que Romão ia pela manhã, em mangas de camisa, de tamancos e sem meias, comprar à praia do Peixe. E o demônio da mulher ainda encontrava tempo para lavar e consertar, além da sua, a roupa do seu homem, que esta, valha a verdade, não era tanta e nunca passava em todo o mês de alguns pares de calças de zuarte e outras tantas camisas de riscado. (AZEVEDO, 2006, p. 17)

Buscando atestar, especialmente, o quanto Bertoleza trabalhava, o autor acrescenta ao substantivo mulher o adjetivo “demônio”, o qual pretende deixar o leitor convencido da labutação diária da negra, que seria praticamente impossível a um ser humano. Por isso lhe acresce esse termo demônio, que significaria fora das condições

humanas. Nesse sentido, vemos o quanto Bertoleza contribuiu para a riqueza de João Romão que, depois de tê-la sugado todas as forças e enriquecido com seu suor, arranja uma maneira de livrar-se do encosto que ela se tornava para sua nova vida fidalga.

Se nos atentarmos ao texto que vem adiante, notamos que, além do trabalho diário de Bertoleza, que aumentava a fortuna do “seu João”, como ela o chamava, ela ainda, em sua fidelidade ao amante, o auxiliava em furtos noturnos. E foram esses furtos de materiais de construção que deram início à edificação do que se tornaria o cortiço São Romão.

Estes furtos eram feitos com todas as cautelas e sempre coroados do melhor sucesso, graças à circunstância de que nesse tempo a polícia não se mostrava muito por aquelas alturas. João Romão observava durante o dia quais as obras em que ficava material para o dia seguinte, e à noite lá estava ele rente, mais a Bertoleza, a removerem tábuas, tijolos, telhas, sacos de cal, para o meio da rua, com tamanha habilidade que se não ouvia vislumbre de rumor. Depois, um tomava uma carga e partia para casa, enquanto o outro ficava de alcatéia ao lado do resto, pronto a dar sinal, em caso de perigo; e, quando o que tinha ido voltava, seguia então o companheiro, carregado por sua vez. (AZEVEDO, 2006, p. 17-18)

Com efeito, por intermédio do trecho, podemos entrever como a negra, juntamente ao português, foi peça fundamental na origem do cortiço São Romão. Se o português avarento não possui escrúpulos quanto às maneiras pela quais enriquece, a negra é conivente com todas elas, uma vez que sabe e até o auxilia em seus roubos noturnos.

Se, por um lado, Bertoleza representa o amor cego e resignado de uma negra por um branco, por outro, temos, através dela, a expressão de parte importante da história do Brasil até fins do século XIX, antes da abolição, o papel preponderante do trabalho do negro para o enriquecimento do branco, no caso, o trabalho de uma escrava negra para o comerciante português. É possível supor, desta maneira, que o autor fazia recorrentemente uma denúncia social, tanto a respeito dos negros quanto dos mulatos, ambos submetidos a um quadro miserável de vida e exploração nos cortiços cariocas.

Ao longo do romance, as aparições de Bertoleza se tornam escassas, seu trabalho é executado repetida e invariavelmente, o que torna desnecessário ao autor repetir fatos sobre sua existência infeliz. Já nos últimos capítulos a escrava retorna, no entanto nos pensamentos homicidas do vendeiro, que articula uma forma rápida e eficiente de livrar-se dela, que se tornou um estorvo aos seus planos de casamento.

Grande surpresa tem o leitor quando, já nos encaminhamentos finais da narrativa, a personagem ganha voz e expressão ao enfrentar João Romão. Para além do próprio enfrentamento, o importante, nesse momento, é a consciência que a negra tem sobre o seu trabalho e sobre sua contribuição na riqueza do comerciante português. Quando ouve a conversa do seu amante com Botelho sobre que fim dar-lhe-ia:

-Ora essa! Quero ficar a seu lado! Quero desfrutar o que nós dois ganhamos juntos! Quero a minha parte no que fizemos com o nosso trabalho! Quero o meu regalo, como você quer o seu! (AZEVEDO, 2006, p. 195)

Apesar dos anos de dedicação e trabalho prestados ao amante, João Romão não hesita em restituí-la ao seu antigo dono, como escrava, pois era a melhor e mais conveniente forma de livrar-se dela. E foi o que conseguiu, efetivamente, já que houvera forjado sua carta de alforria para enganá-la. Bertoleza, ao ver sua ilusão destruída e a traição de seu companheiro de anos, se suicida de forma trágica e deixa o caminho livre para o comerciante português.

2.3) Jerônimo

Há uma nova face trabalhadora da Corte, branca, pobre e portuguesa, que precisa ser desvendada, até mesmo para desfazermos as visões sobre os próprios portugueses, pensados somente enquanto personagens da Família Real, da nobreza, da burocracia ou do comércio de grosso trato. (RIBEIRO, 2002, p. 167)

O português Jerônimo integra essa outra “face trabalhadora da Corte” que necessita ser desvendada e que, também, tem papel peculiar no romance. Assim como João Romão, possuía espírito trabalhador e vontade de enriquecer, contudo à base de seu trabalho honesto e poupança. A descrição que o autor faz de Jerônimo nos remete a um rude trabalhador, com características físicas de um homenzarrão, branco, alto, forte, pescoço de Hércules, o que lhe garantia o respeito de seus colegas de trabalho.

Segundo Aluísio, Jerônimo:

era um português de seus trinta e cinco a quarenta anos, alto, espadaúdo, barbas ásperas, cabelos pretos e maltratados caindo-lhe sobre a testa, por debaixo de um chapéu de feltro ordinário: pescoço de touro e cara de Hércules, na qual os olhos todavia, humildes como os olhos de um boi de canga, exprimiam tranquila bondade. (AZEVEDO, 2006, p. 44)

Além das suas características físicas, o que conferia o respeito inquebrantável a Jerônimo era seu caráter austero e honesto. Assim que conseguiu o serviço com João Romão, se mudou para o cortiço com a esposa Piedade de Jesus, a qual exercia o trabalho de lavadeira.

Como havia chegado ao Brasil anos antes, Jerônimo primeiro trabalhou na zona rural como colono de um fazendeiro, onde fazia planos de enriquecer e um dia se tornar proprietário de terra. Uma vez desiludido das promessas do Brasil para os imigrantes – e principalmente para os portugueses honestos – resolveu se mudar para a cidade. Assim como assinala Ribeiro, em *A Liberdade em Construção*, “se os planos para atuação massiva de imigrantes no campo eram adiados, na cidade os lusos já tinham o seu papel definido” (RIBEIRO, 2002, p. 164)

E como se já estivesse planejado, na cidade, rapidamente, encontrou serviço numa pedreira:

Jerônimo, porém, era perseverante, observador e dotado de certa habilidade. Em poucos meses se apoderava do seu novo ofício e, de quebrador de pedra, passou logo a fazer paralelepípedos; e depois foi-se ajeitando com o prumo e com a esquadria e meteu-se a fazer lajedos; e finalmente, à força de dedicação pelo serviço, tornou-se tão bom como os melhores trabalhadores de pedreira e a ter salário igual ao deles. Dentro de dois anos, distinguia-se tanto entre os companheiros, que o patrão o converteu numa espécie de contra-mestre e elevou-lhe o ordenado a setenta mil réis. (AZEVEDO, 2006, p.53)

Com esta nota, subentende-se a dedicação de Jerônimo ao trabalho dia-a-dia e como tal afincou o elevou ao cargo mais alto em seu trabalho. Para além da perseverança do português, está o fato do alto salário que agora recebia e da consciência que tinha de seu valor como empregado. O próprio João Romão muito hesitou até concordar em pagá-lo a setenta mil réis, valor do qual Jerônimo não abria mão.

Ainda que ele tenha, portanto, consciência da sua força de trabalho e de sua importância para o rendimento do serviço, o mesmo não ocorre com sua consciência enquanto trabalhador. Apresenta comportamento rude em relação aos colegas de trabalho. Observe a fala de Jerônimo, sobre os colegas de trabalho, dirigida a João Romão, caso esse se tornasse seu patrão:

_Comigo aqui é que eles não fariam cera. Isso juro eu! Entendo que o empregado deve ser bem pago, ter para a sua comida à farta, o seu gole de vinho, mas que deve fazer serviço que se veja, ou, então, rua! Rua, que não

falta por aí quem queira ganhar dinheiro! Autorize-me a olhar por eles e verá.
(AZEVEDO, 2006, p.50)

A citação é bastante ilustrativa acerca da ignorância de Jerônimo. Assim como os outros moradores do cortiço, ele não possui consciência dos determinismos sociais e econômicos dos quais todos eles são vítimas. Por não dispor desse esclarecimento, ele se torna opressor dos demais e note-se que ele não é o patrão, apenas mais um empregado que vai ajudar a enriquecer e fortalecer as estruturas do sistema que o oprime. Mesmo na situação de empregado, ele tornar-se-á um recurso de exploração dos demais.

O oposto ocorre à mente de João Romão, o capitalista tem plena consciência dos lucros que o rude trabalhador pode lhe proporcionar e, mesmo hesitando em pagá-lo a um preço alto, aceita por saber que todo o dinheiro ficaria, ao fim, em suas mãos. Enquanto o proletariado urbano se encontra desunido e sem consciência de sua força, os capitalistas avistam longe, sabem a melhor maneira de usufruir da ignorância desses homens.

— Pois está fechado o negócio! Deliberou João Romão, convencido de que não podia, por economia, dispensar um homem daqueles. E pensou lá de si para si: “Os meus setenta mil réis voltar-me-ão à gaveta. Tudo me fica em casa!”
(AZEVEDO, 2006, p.51)

A partir desse exemplo, retirado do romance, é possível pressupor que Aluísio Azevedo buscava demonstrar que as formas de ascensão individual eram sempre, ou quase sempre, um insucesso. Pelo menos é o que acontece à maioria dos personagens do romance, exceto à Pombinha. Todavia, o exemplo da ‘flor do cortiço’ requer uma análise mais profunda. Pombinha representa a ‘razão’ naquele lugar. Uma vez consciente e ambiciosa pela educação que recebeu, não era inocente quanto às forças do meio no qual vivia e escolhe se enveredar pelo caminho da prostituição o que, inclusive, o autor demonstra, implicitamente, que é uma regra quando cita que Pombinha dedica a mesma afeição à filha de Piedade que Leônia lhe dedicara antes. Pode-se conjecturar, a partir daí, que o círculo continuará seu curso.

2.4) Lavadeiras

Por fim, um ofício bastante importante no desenvolver do romance e, também aqui, quando tratamos do trabalho: as lavadeiras.

Como era grande sua participação no “mundo do trabalho”, embora mantidas numa posição subalterna, as *mulheres populares*, em grande parte, não se adaptavam às características dadas como universais ao sexo feminino: submissão, recato, delicadeza, fragilidade. Eram mulheres que trabalhavam e muito, em sua maioria não eram formalmente casadas, brigavam na rua, pronunciavam palavrões, fugindo, em grande escala, aos estereótipos atribuídos ao *sexo frágil*. (SOIHET, 2001, p.367)

Essas “mulheres populares”, que, em *O cortiço*, aparecem como lavadeiras, representam, sobretudo, no romance, o trabalho das mulheres. Assim como assinala Soihet, vemos como essas mulheres “trabalham e muito” e como não se encaixam nos padrões universais atribuídos às mulheres. Vemos, também, como, diferentemente dos moldes da burguesia, essas trabalhadoras são provedoras do lar e como participam, efetivamente, do mundo do trabalho.

A maioria delas está envolvida à sua tina durante a passagem do romance. Havia fartura de água no cortiço e muito espaço para estender as roupas e, devido a isto, o fato da concentração das lavadeiras nele. As tinas eram alugadas mensalmente, mas quem morasse no cortiço tinha preferência e não pagava pelo uso, daí o motivo de todas as casas estarem sempre alugadas e, na maioria dos casos, para lavadeiras.

E aquilo se foi constituindo numa grande lavanderia, agitada e barulhenta, com as suas cercas de varas, as suas hortalças verdejantes e o seus jardinzinhos de três e quatro palmos, que apareciam como manchas alegres por entre a negrura das limosas tinas transbordantes e o revérbero das claras barracas de algodão cru, armadas sobre os lustrosos bancos de lavar. E os gotejantes jirais, cobertos de roupa molhada, cintilavam ao sol, que nem lagos de metal branco. (AZEVEDO, 2006, p. 26)

O trecho acima deixa claro como foi se constituindo a lavanderia do cortiço. E juntamente à lavanderia surgia o cortiço vivo, cheio de pessoas, de trabalhadores. A lavanderia cresce junto ao cortiço e, em certos momentos, ela se torna o próprio personagem, o próprio cortiço.

Essa participação das mulheres, no romance, como lavadeiras demonstra como as mulheres das classes baixas precisavam trabalhar e, destarte, como eram as provedoras de seus lares, cuidando, muitas vezes, sozinhas de suas famílias. Nesse

mesmo sentido, Rachel Soihet (2001) afirma, em seu livro *Mulheres pobres e violência no Brasil urbano*, que:

A dificuldade do homem pobre em assumir o papel mantenedor, típico das relações burguesas, é outro fator, ao que se soma, em alguns casos, a pretensão de algumas mulheres de garantir sua autonomia. (SOIHET, 2001, p.368)

Essas mulheres que são provedoras do lar, na maioria das vezes, são mães solteiras e seus filhos não são do mesmo pai. O estado financeiro dessas mulheres populares – a falta de propriedade – garantia-lhes liberdade sexual. É o que ocorre à Machona, no romance, “que ninguém sabia ao certo se era “viúva” ou “desquitada” e cujos “filhos não se pareciam uns com os outros” (SOIHET, 2001, p.368). No entanto, essa liberdade sexual custava bastante caro, uma vez que a mulher ficava sozinha com os filhos para criar.

Eram muitas lavadeiras residentes no cortiço São Romão, sendo possível observar a formação de uma classe. As lavadeiras eram trabalhadoras que partilhavam de experiências comuns e estavam conscientes dessa condição, por isso digo que estavam formando uma classe, pois, segundo Thompson, “a classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si.” (THOMPSON, 1987, p. 10).

As lavadeiras: Machona e suas duas filhas, Ana das Dores e Nenén; Leandra; Augusta carne-mole; Leocádia; Paula; Marciana e sua filha, Florinda; Dona Izabel; Rita baiana; e, por último, a portuguesa Piedade de Jesus. Havia também um homem que trabalhava junto com elas, Albino. O movimento das lavadeiras no cortiço, como Aluísio demonstra:

Agora, no lugar das bicas apinhavam-se latas de todos os feitios, sobressaindo as de querosene com um braço de madeira em cima; sentia-se o trapejar da água caindo na folha. Algumas lavadeiras enchiam já as suas tinas; outras estendiam nos coradouros a roupa que ficara de molho. Principiava o trabalho. Rompiam das gargantas os fados portugueses e as modinhas brasileiras. (AZEVEDO, 2006, p. 36-37)

Em meio às tinas das lavadeiras corriam todos os assuntos do cortiço. Com a citação podemos saber de modinhas brasileiras e fados portugueses, que representam a maioria da população residente nestas moradias. Assim como ocorre às lavadeiras do

cortiço São Romão, em *Os Excluídos da História*, tratando das classes populares e marginalizadas na França do século XIX, Michelle Perrot revela:

que o lavadouro é para elas muito mais que um lugar funcional onde se lava a roupa: um centro de encontro onde se trocam as novidades do bairro, os bons endereços, receitas e remédios, informações de todos os tipos. Cadinhos do empirismo popular, os lavadouros são também uma sociedade aberta de assistência mútua: se uma mulher está num “atoleiro”, acolhem-na, fazem uma coleta para ela. (PERROT, 1988, p. 202-203)

Mesmo se referindo ao cotidiano das lavadeiras na França, reparamos a semelhança com as lavadeiras do cortiço São Romão, no Rio de Janeiro do século XIX. As lavadeiras do cortiço lavavam suas encomendas e conversavam em muito alto som sobre tudo e todos. O zunzum diário do cortiço tinha como maior contribuição as conversas e cantos das lavadeiras. “E as lavadeiras não se calavam, sempre a esfregar, a bater, e a torcer camisas e ceroulas, esfogueadas já pelo exercício” (AZEVEDO, 2006, p.42).

Observa-se, ao ler o romance, que as lavadeiras estão em maior conformidade com a ideia de classe, não que elas se enxerguem enquanto classe e disso tenham consciência. O que digo é que, ainda que não possuam essa consciência, se encontram mais unidas. Elas conseguem ver, talvez involuntariamente, que estão na mesma condição/posição, pelo menos enquanto mulheres. Possuem consciência de gênero pela mesma condição em que estão inseridas – para além de lavadeiras – como mulheres. Isto pode ser observado no momento em que Marciana descobre a gravidez de sua filha Florinda, a qual foi seduzida pelo empregado da venda de João Romão, Domingos.

O grupo das lavadeiras e dos curiosos derramou-se então pela venda, pelo portão da estalagem, pelo frege, por todos os lados, repartindo-se em pequenos magotes que discutiam o fato. Principiaram os comentários, os juízos pró e contra o caixeiro; fizeram-se profecias. (AZEVEDO, 2006, p.93)

No momento em questão, todas as lavadeiras, juntas, vão até a venda – que se localiza na entrada do cortiço – e exigem uma garantia de amparo para a pobre moça sob ameaça de linchamento. Neste momento, notamos a “assistência mútua” à qual se refere Perrot, aqui não tratando de um problema meramente financeiro, mas, sobretudo, de honra. Note-se como Aluísio coloca as lavadeiras como grupo no trecho em evidência. Ele não separa, durante todo o romance, os outros trabalhadores em grupo,

somente as lavadeiras que, aqui, indicam que desejam o mesmo fim, uma solução para a gravidez indesejada de Florinda.

O cortiço era o lugar onde todos partilhavam o mesmo espaço, tanto pelo tamanho minúsculo das casas que os faziam permanecer sempre do lado de fora, tanto pelo trabalho, como o das lavadeiras, que era exercido ao ar livre, aproveitando os benefícios da natureza, no caso a abundância de água. Igualmente pelos homens que também precisavam morar próximos do trabalho, tanto pela carência de transporte do Rio de Janeiro do século XIX e, principalmente, porque a maioria deles trabalhava na pedreira ao fundo do cortiço.

Para além de ser a moradia das pessoas, o cortiço era também lugar de trabalho para as lavadeiras. Sobre o portão do cortiço São Romão, lia-se: “Estalagem São Romão. Alugam-se casinhas e tinas para lavadeiras.” (AZEVEDO, 2006, p. 26). Percebemos como o residencial se entremeava ao comercial. O espaço do cortiço ganhava agora outro significado, era também um local de trabalho diário e não somente o local de moradia.

Outro fator importante contribuía para que as lavadeiras disputassem as casinhas do cortiço, pois se não alugassem as casas do cortiço que tinha água à disposição para a lavagem das roupas, precisavam enfrentar filas nos chafarizes públicos, pois:

Já em meados do século, porém, as mulheres geralmente lavavam roupas nos chafarizes públicos. Ali, o bate-bate da roupa que ia sendo sovada podia ser ouvido o dia inteiro. No campo de Santana, fileiras de lavadeiras - duzentas e uma estimativa - lavavam vestimentas e roupa branca usando grandes bacias de madeira como tinas. Por sobre a grama rala, em moitas ou em varais esticados entre as árvores, as mulheres estendiam as roupas para quicar e secar ao sol. (GRAHAM, 1992, p. 54)

De acordo com Sandra Lauderdale Graham (1992), na obra *Proteção e Obediência*, os chafarizes públicos eram bastante disputados pelas lavadeiras chegando a ter filas. Posto que conseguissem morar nos cortiços que tinham tinas para lavadeiras, essas mulheres não precisavam enfrentar esses percalços diariamente, além do fato de que morarem próximas ao serviço era muito rentável, visto que precisavam cuidar também da casa e dos filhos.

Os benefícios de morar no cortiço – para as lavadeiras – e assim não precisar pagar pela utilização das tinas, como sugere Aluísio no romance:

As casinhas eram alugadas por mês e as tinas por dia; tudo pago adiantado. O preço de cada tina, metendo a água, quinhentos réis; sabão à parte. As moradoras do cortiço tinham preferência e não pagavam nada para lavar. (AZEVEDO, 2006, p. 26)

Para as lavadeiras, ademais, estariam morando e adquirindo sua renda no mesmo lugar, no espaço do cortiço. Como muitas dessas lavadeiras eram mães solteiras, precisavam trabalhar perto do lar para cuidarem dos filhos enquanto labutavam.

A lide das lavadeiras era exaustiva, da madrugada até entardecer, de segunda a sábado. Um trecho do romance demonstra como aos domingos estavam de folga:

Amanhecera um domingo alegre no cortiço, um bom dia de abril. Muita luz e pouco calor. As tinas estavam abandonadas; os coradouros despídos. Tabuleiros e tabuleiros de roupa engomada saíam das casinhas, carregados na maior parte pelos filhos das próprias lavadeiras que se mostravam agora quase todas de fato limpo; os casaquinhos brancos avultavam por cima das saias de chita de cor. (AZEVEDO, 2006, p.56)

Aluísio expõe também, através das lavadeiras, como se formava o proletariado urbano feminino nos cortiços cariocas. Essas mulheres, que prestavam serviços à elite carioca, formavam o grosso do proletariado feminino que, posteriormente, com a abolição da escravidão, passariam a prestar serviços domésticos – ora das escravas – para a burguesia em ascensão.

Capítulo 3

As mulheres em *O Cortiço*

O Brasil do século XIX passou por intensas transformações, desde a urbanização do espaço, antes caracterizadamente rural, até a mudança na constituição do lar e da família. Concomitante e em consequência de todas essas transformações, surgiu uma nova mentalidade que mudaria a forma de pensar as relações domésticas: a mentalidade burguesa. A nova família burguesa agora ditava as leis que regiam o espaço doméstico e, também, a vida da mulher.

O modelo de mulher que se pretendia construir – passiva, dócil e frágil – preenchia os ideais aspirados pela nascente burguesia e seu destino natural e promissor seria se casar e ter filhos, sendo a guardiã do lar e da família. Embora muito famigerado, o novo ideal de mulher burguesa nem sempre cumpriu as expectativas. Vemos, através desse contexto, como o homem se torna dependente da mulher pelo ‘capital simbólico’ que esta representa. Podemos ver esse insucesso da família burguesa em *O cortiço*, quando Aluísio elucida traços importantes desse casamento de negócios através de duas personagens: Miranda e Estela.

Pensar a mulher, para Aluísio, é muito importante, seja a mulher burguesa, que se propunha como possuidora da moral familiar e gestora do lar – mesmo de fachada – como a personagem Estela; ou a mulher prostituta, que, sem outras possibilidades de ascensão social, ganhava a vida através da prostituição, como as personagens Léonie e Pombinha.

3.1) Estela e o ideal de mulher na família burguesa

_Você quer saber? afirmava ela, eu bem percebo quanto aquele traste do senhor meu marido me detesta, mas isso tanto se me dá como a primeira camisa que vesti! Desgraçadamente para nós, mulheres de sociedade, não podemos viver sem esposo, quando somos casadas; de forma que tenho de aturar o que me caiu em sorte, quer goste dele quer não goste! (AZEVEDO, 2008, p.35)

Desta forma bastante ilustrativa acerca da infelicidade conjugal, Estela se refere ao marido Miranda. Além de demonstrar o desdém e ódio recíprocos que nutre pelo marido, a personagem ainda revela outros pontos elementares da sociedade carioca oitocentista, como a situação das ‘mulheres de sociedade’, que não podiam se ver sem a companhia do marido depois de haverem se casado, exceto se ficassem viúvas.

A família de Miranda se muda para o sobrado ao lado do cortiço. E, segundo Miranda:

mudar-se-ia ele para lá com a família, pois que a mulher, Dona Estela, senhora pretensiosa e com fumaças de nobreza, já não podia suportar a residência no centro da cidade, como também sua menina, a Zulmirinha, crescia muito pálida e precisava de largueza para enrijar e tomar corpo. (AZEVEDO, 2008, p. 18)

A justificativa para a mudança que Miranda deu aos amigos não procedia, uma vez que precisava era tirar a mulher, urgentemente, da presença dos caixeiros de seu comércio, visto a necessidade de manter seu casamento de aparências.

Os ideais de mulher criados pela mentalidade burguesa muitas vezes não alcançaram sucesso, pelo menos no interior do lar. Dona Estela, por exemplo, não cumpria os ideais de mulher frágil, submissa e virtuosa construídos pela mentalidade burguesa.

Temos uma interessante constatação disso, quando Aluísio afirma que:

Dona Estela era uma mulherzinha levada da breca: achava-se casada havia treze anos e durante esse tempo dera ao marido toda sorte de desgostos. Ainda antes de terminar o segundo ano de matrimônio, o Miranda pilhou-a em flagrante delito de adultério. (AZEVEDO, 2008, p.18)

Fica evidente, no trecho, como tem fundamento a repugnância que Miranda nutria pela esposa, uma vez que a fidelidade conjugal não era um ponto crucial para Estela.

O comerciante não se separava da mulher por dois motivos principais: primeiro pela riqueza que o dote dela lhe garantia e, segundo, pelo escândalo social que o fato causaria. A mulher era a base para o sucesso da família burguesa, tanto financeira quanto socialmente. Referindo-se a Estela, Botelho fala a Miranda que:

— Uma mulher naquelas condições, dizia ele convicto, representa nada menos que o capital, e um capital em caso nenhum a gente despreza! (AZEVEDO, 2008, p. 35)

Vemos, através do trecho, como o interesse financeiro está acima de tudo para os dois amigos. Apesar de viver muito mal seu casamento, o comerciante não abre mão da esposa para não abrir mão do dote que esta trouxera e das regalias de fidalgo com as quais já havia se adaptado. Miranda “prezava, acima de tudo, a sua posição social” (AZEVEDO, 2008, p. 18) e não queria ter sua imagem manchada por um divórcio. Interessante observar como o divórcio não era desejado por homens, nem por mulheres. Os dois lados pretendiam cuidar das aparências.

Além do capital financeiro que a mulher representa na fala de Botelho, ela também tem valor de capital simbólico. Sobre isso, em “Mulher e Família burguesa”, Maria Ângela D’Incao assinala que:

Num certo sentido, os homens eram bastante dependentes da imagem que suas mulheres pudessem traduzir para o restante das pessoas de seu grupo de convívio. Em outras palavras, significam um capital simbólico importante, embora a autoridade familiar se mantivesse em mãos masculinas, do pai ou do marido. (D’INCAO, 1997, p.229)

Torna-se claro como o casamento entre famílias burguesas era utilizado para ascensão e prestígio social. E, muitas vezes, como ocorre no romance, esse casamento era apenas de aparências para manter a posição social em que a família estava inserida. Uma mulher infiel ou que não cumprisse os ideais burgueses em qualquer outro sentido, nesse contexto, representava não só o fracasso do casamento burguês, mas o fracasso da sociedade que se mantinha por esse pilar: a família nuclear. Nesse sentido, Maria Ângela D’Incao demonstra que:

Da esposa do rico comerciante ou do profissional liberal, do grande proprietário investidor ou do alto funcionário do governo, das mulheres passa a depender também o sucesso da família, quer em manter seu elevado nível e prestígio social já existentes, quer em empurrar o status do grupo familiar mais e mais para cima. (D’INCAO, 1997, p. 229)

Outro fator, que também é intrínseco à mulher, contribui para o sucesso da família burguesa: ser mãe. A personagem de Aluísio quebra todos os parâmetros da mulher ideal para a família burguesa, tanto como esposa quanto como mãe. Vemos, ao longo do romance, como Estela não é uma mãe dedicada e amorosa com sua filha Zulmira.

De acordo com Aluísio:

O nascimento de Zulmira veio agravar ainda mais a situação; a pobre criança, em vez de servir de elo aos dois infelizes, foi antes um novo isolador que se estabeleceu entre eles. Estela amava-a menos do que lhe pedia o instinto materno por supô-la filha do marido, e este a detestava porque tinha convicção de não ser seu pai. (AZEVEDO, 2008, p. 18-19)

Percebemos a rejeição que a menina sofre dos pais. Se, de um lado, o pai a detesta por acreditar não ser seu pai biológico, de outro, a mãe a rejeita porque crê que a menina é filha do seu odiado marido. E, por isso, Estela a ama menos “do que lhe pedia o instinto materno”.

Durante a narrativa, Estela demonstra amor materno com relação a Valentim, um negrinho que vivia em sua casa, filho de uma escrava que ela havia alforriado anos antes. Dedicava toda sua atenção para o garoto, tanto que “até ralhava com Zulmira por causa do negrinho!” (AZEVEDO, 2008, p.32). A diferença no tratamento se demonstrava principalmente quando havia desacordo entre as duas crianças, pois:

se quando se queixavam os dois, um contra o outro, ela nunca dava razão à filha! Pois se o que havia de melhor na casa era para o Valentim! (AZEVEDO, 2008, p. 32)

Nota-se como Estela está longe de cumprir os ideais de mãe na família burguesa. Até quando era seu dever defender a filha, ela não esconde a preferência pelo menino, que não possui nenhum laço sanguíneo com ela. É certo afirmar, nesse sentido, que a personagem de Aluísio traz à tona, antes de tudo, a farsa em que viviam muitas famílias burguesas no século XIX. De acordo com D’Incao, “cada vez é mais reforçada a ideia de que ser mulher é ser quase integralmente mãe dedicada e atenciosa, um ideal que só pode ser plenamente atingido dentro da esfera da família burguesa e higienizada” (D’INCAO, 1997, p. 229) e Estela está bastante longe de reforçar essa ideia. Pelo contrário, ela mostra uma outra face da sociedade burguesa.

3.2) Prostituição: perversão ou ascensão?

A filha era a flor do cortiço. Chamavam-lhe Pombinha. Bonita, posto que enfermiça e nervosa ao último ponto; loura, muito pálida, com uns modos de menina de boa família. A mãe não lhe permitia lavar, nem engomar, mesmo porque o médico a proibira expressamente. (AZEVEDO, 2008, p. 44)

A descrição inicial de Pombinha já revela como a menina possuía “modos de menina de boa família”. Era delicada, pura e amável, por isso chamada de “flor do cortiço”. Os “modos de menina de boa família” eram garantidos pela educação que recebera desde bem cedo. A mãe enxergava o casamento da filha como a única forma de ascensão social possível para as duas, uma vez que a havia educado para o casamento.

Desde bem cedo, Pombinha foi influenciada por Léonie, prostituta de origem francesa que, de vez em quando, visitava o cortiço porque era comadre de uma moradora. Sempre que Léonie chegava ao cortiço “com as suas roupas exageradas e barulhentas de cocote à francesa, levantava rumor quando lá ia e punha expressões de assombro em todas as caras.” (AZEVEDO, 2008, p.117)

A “prostituta de casa aberta” tinha grande afeição por Pombinha, com quem conversava todas as vezes que ia ao cortiço.

Gostavam-se muito uma da outra. A cocote recebeu-a com exclamações de agrado e beijou-a nos dentes e nos olhos repetidas vezes. (AZEVEDO, 2008, p.122)

Pombinha também gostava de Léonie e enxergava nela a possibilidade de uma vida contrária a tudo que via no cortiço. A mulher representava o luxo e a liberdade e se contrapunha à miséria com a qual a menina estava habituada.

Precisamos pensar que a prostituição também era uma opção de trabalho para as mulheres pobres, pois, no Rio de Janeiro do século XIX, as condições de sobrevivência para a parcela feminina e pobre eram muito precárias. Nesse sentido, em *Meretrizes e Doutores: Saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*, Magali Engel indica que:

não restavam à mulher livre e pobre, ou mesmo à escrava de ganho, muitas alternativas, além do serviço doméstico, do pequeno comércio – quitandeiras, vendedoras de quitutes etc. -, do artesanato – costureiras, por exemplo – e outras atividades como lavadeiras, cartomantes, feiticeiras, coristas, dançarinas, cantoras, atrizes e prostitutas – quase todas, ocupações profundamente depreciadas na sociedade da época. (ENGEL, 1989, p.25)

Depreende-se, por meio do trecho, que quase todas as profissões exercidas pelas mulheres pobres eram mal vistas pela sociedade carioca oitocentista. Assim como as outras ocupações, percebemos que a prostituição se apresenta, também, como uma importante forma de sobrevivência para a mulher, entretanto, podendo render ganhos

mais significativos do que os outros afazeres e proporcionar, em alguns casos, uma vida de luxo. Importante ressaltar que a prostituição era vista como algo marginalizado pela sociedade burguesa, e não pelos pobres.

Mesmo que ainda fosse uma opção de trabalho, eram dois elementos principais da vida de mulheres como Léonie – prostitutas – que alimentava ilusões nas outras: o luxo e a liberdade sexual. Se referindo à Léonie, Rita baiana diz que:

a verdade é que ela passa muito bem de boca e nada lhe falta: sua boa casa; seu bom carro para passear à tarde; teatro toda noite; bailes quando quer e, aos domingos, corridas, regatas, pagodes fora da cidade e dinheirama grossa para gastar à farta! Enfim, só o que afianço é que esta não está sujeita, como a Leocádia e outras, a pontapés e cachações de um bruto de marido! É dona das suas ações! Livre como o lindo amor! Senhora do seu corpinho, que ela só entrega a quem muito bem lhe der na veneta! (AZEVEDO, 2008, p. 120)

Percebemos como algumas mulheres que moravam em cortiços, como a mulata Rita baiana, enxergavam, na figura da prostituta, a possibilidade de uma vida melhor do que a delas. Essas mulheres não percebiam a prostituição como algo marginalizado, mas como algo que garantia uma vida de luxo e maior liberdade sexual, pois ela só entrega seu corpo “a quem muito bem lhe der na veneta!”.

É interessante notar alguns detalhes do trecho, principalmente sobre o luxo tão desejado pelas mulheres pobres, como passeio à tarde, “teatro toda noite” e diversão garantida aos domingos. Era comum que prostitutas de luxo, como Léonie, frequentassem lugares requintados destinados à elite com a finalidade de chamar atenção de homens ricos. Nesse mesmo sentido, no artigo “Clientes e circuitos da prostituição no Rio de Janeiro do século XIX”, Marinete dos Santos Silva assinala que:

Os passeios de carruagem, sem a tradicional cobertura era outra forma utilizada para atrair a atenção. Neles, a prostituta requintada mostrava o luxo e a elegância do seu traje. Léonie e Pombinha de O Cortiço passeavam mostrando-se escandalosamente pelas ruas do Catete. (SILVA, 2012, p.379)

Por meio do trecho, que se refere às personagens de Aluísio Azevedo, percebemos a vida luxuosa e ostensiva que só era possível às prostitutas de luxo.

Adiante, no romance, percebemos a transformação de Pombinha. Logo quando se torna mulher – para a felicidade de todos do cortiço, principalmente de sua mãe, que enxergava no casamento da filha a possibilidade de melhorar sua condição – a data do

casamento fica estabelecida, contudo a menina já não tinha mais empolgação em se casar.

E não obstante, até então, aquele matrimônio era o seu sonho dourado. Pois agora, nas vésperas de obtê-lo, sentia repugnância em dar-se ao noivo, e, se não fora a mãe, seria muito capaz de dissolver o ajuste. (AZEVEDO, 2008, p.165-166)

Pombinha percebeu, um pouco tarde, que não era necessário contrair o casamento para melhorar sua condição de vida. O ideal burguês do casamento como única possibilidade de ascensão social já não iludia a “flor do cortiço”, entretanto não tinha coragem de desfazer o compromisso por causa da mãe.

Notamos como a personagem representa um ideal determinista na obra. Influenciada pelo meio, é quem, através da razão, consegue sobressair à miséria do lugar no qual vivia. Temos uma interessante constatação desse pensamento de Pombinha, quando:

surgiu-lhe então uma ideia bem clara da sua própria força de seu próprio valor.

Sorriu.

E no seu sorriso já havia garras.

Uma aluvião de cenas, que ela jamais tentara explicar e que até aí jaziam esquecidas nos meandros do seu passado, apresentavam-se agora nítidas e transparentes. Compreendeu como era que certos velhos respeitáveis, cujas fotografias Léonie lhe mostrara no dia em que passaram juntas, deixavam-se vilmente cavalgar pela loureira, cativos e submissos, pagando a escravidão com a honra, os bens, e até com a própria vida, se a prostituta, depois de os ter esgotado, fechava-lhes o corpo. E continuou a sorrir, desvanecida na sua superioridade sobre esse outro sexo, vaidoso e fanfarrão, que se julgava senhor e que no entanto fora posto no mundo simplesmente para servir ao feminino; (AZEVEDO, 2008, p.164)

Notamos como a jovem percebe as ordens sexuais do meio em que habita a amiga Léonie, em que os homens obedecem aos mandos e desmandos de quem lhes sustenta sexualmente. Apesar de ainda haver se casado, Pombinha viveu pouco tempo o matrimônio, pois a passividade do marido a deixava, de dia para dia, mais frustrada ainda. O sonho da mãe havia se tornado o pesadelo para a jovem.

Dessa forma, no século XIX, a prostituta atentava duplamente contra a sociedade. Em *Condição Feminina e Formas de Violência*, Rachel Soihet afirma que:

Paralelamente às doenças físicas, a prostituição desenfreada e misturada às famílias traria sérias consequências morais. Esta se constituía em exemplo

pernicioso para as moças pobres que comparavam seus meios, sua vida de trabalho e ausência de diversões com a vida das prostitutas. Era um insulto à virtude das “meninas laboriosas e honestas” que, atraídas pelo luxo, vaidade e ociosidade, “lançavam-se sem pensar no turbilhão de libertinagem” abandonando “a tranquilidade da casa e dos bons costumes” (SOIHET, 1989, p.203)

Para a sociedade burguesa, além de serem as responsáveis pela disseminação de doenças como a sífilis, as prostitutas ainda representavam perigo moral, dado que exerciam influência sobre as moças pobres “laboriosas e honestas”. É o que acontece com Pombinha no decorrer do romance. A menina fica cada vez mais frustrada com a vida conjugal e, em oposição, fica deslumbrada com a vida luxuosa e livre de Léonie.

Tomados esses dois pólos, Pombinha se enveredou pelo caminho do adultério e, transcorridos dois anos de casamento, já se encontrava separada do marido, que a abandonou quando a pegou em flagrante com um de seus amantes.

Essas transformações por que passa Pombinha refletem o fracasso do ideal burguês do casamento como forma de ascensão, pois a personagem e sua mãe encaram o casamento como dever pessoal e forma de melhorar suas condições de vida, e não como desejo pessoal. O ideal burguês da mulher criada para o casamento novamente fracassa, dado que mesmo se casando a personagem vive infeliz e se envereda pelo caminho do adultério.

No decorrer do romance, percebemos que o caminho da flor do cortiço se torna, em pouco tempo, o mesmo de Léonie. Após Pombinha haver se separado de Costa, a mãe:

só a descobriu semanas depois; estava morando num hotel com Léonie. A serpente vencia afinal: Pombinha foi, pelo seu próprio pé, atraída, meter-se-lhe na boca. (AZEVEDO, 2008, p.261)

O destino de Pombinha surpreende, já que, de menina boa, delicada e frágil, ela se transforma em mulher fatal e prostituída. Aluísio diz que “a serpente vencia afinal” assinalando o determinismo a que a jovem estava submetida, determinismo no qual a personagem emerge como produto de forças superiores à sua vontade, o meio influencia e define a vida de cada um. A vida luxuosa e a liberdade, com certeza, a levariam pelo caminho da prostituição, no qual ela encontra plenitude.

Desse modo:

Agora, as duas cocotes, amigas inseparáveis, terríveis naquela inquebrantável solidariedade, que fazia delas uma só cobra de duas cabeças, dominavam o alto e o baixo Rio de Janeiro. Eram vistas por toda a parte onde houvesse prazer;

Por cima delas duas passara um geração inteira de devassos. Pombinha, só com três meses de cama franca, fizera-se tão perita no ofício como a outra; a sua infeliz inteligência, nascida e criada no modesto lodo da estalagem, medrou logo admiravelmente na lama forte dos vícios de largo fôlego. (AZEVEDO, 2008, p.262)

Percebemos como a jovem encontra plenitude nesse meio e como as duas amigas, agora inseparáveis, dominam o espaço da prostituição. Pombinha, que fora criada para o casamento, agora dominava o ofício da prostituição e, por meio da sua inteligência, sabia que aquela seria a única forma de viver uma vida livre e confortável.

Mesmo que o caso de Pombinha não seja a regra do que acontece às moças pobres, os sinais são de que o círculo continuaria seu curso. Podemos supor que o mesmo ocorrerá com a filha de Piedade, pois Aluísio indica que:

Pombinha abria muito a bolsa, principalmente com a mulher de Jerônimo, a cuja filha, sua protegida predileta, votava agora, por sua vez, uma simpatia toda especial, idêntica à que noutro tempo inspirava ela própria à Léonie. A cadeia continuava e continuaria interminavelmente; o cortiço estava preparando uma nova prostituta naquela pobre menina desamparada, que se fazia mulher ao lado de uma infeliz mãe ébria. (AZEVEDO, 2008, p.263)

Com a citação, é possível ter uma ideia de como se formavam algumas das prostitutas no Brasil do século XIX. Algumas dessas moças, pobres e sem expectativas de um futuro melhor, seguiam o caminho da prostituição por ser a única possibilidade de melhorar suas vidas. Se, no cortiço São Romão, onde se passa o romance, se forma uma prostituta por geração, como supõe Aluísio, imaginamos quantas se formam em todo o Rio de Janeiro.

Como aponta Soihet:

Uma primeira causa da prostituição como fato social seria o excesso de riqueza e miséria. Se por um lado a desigualdade tinha um lado positivo, suscitando a emulação, que leva ao desenvolvimento, também tinha um lado negativo que “significa luxo, miséria, inveja, ambições, vaidades; produz a alma agitada em busca de novos prazeres e a multiplicação de necessidades. A prostituição é assim fortalecida”. Por outro lado, a pobreza com a falta de trabalho, a pequena quantia ganha com o trabalho, muitas vezes faziam da prostituição um meio de vida. (SOIHET, 1989, p. 204)

As palavras de Soihet sinalizam o ambiente de desigualdade social e, segundo ela, a principal causa da prostituição. Desse modo, as moças pobres, como Pombinha, que tinham ambição e não queriam viver para sempre na miséria, optavam pelo caminho da prostituição. Contudo, é importante frisar que o luxo não era o único atrativo para essas moças, pois a liberdade sexual em que viviam as prostitutas também era percebida pelas outras mulheres. Mas não era somente pela ambição que seguiam esse caminho, pois vimos que o prostituir-se era uma opção de trabalho para as mulheres pobres assim como ser lavadeira ou quitandeira. Aluísio tenta mostrar a dimensão do problema, evidenciando que a cadeia não tem fim. Hoje, Pombinha... amanhã, a filha de Piedade. Depois outra, e o cortiço São Romão forma uma prostituta a cada geração.

Fonte

AZEVEDO, Aluísio. *O Cortiço*. Campinas: Editora Komedi, 2008. 272p.

Bibliografia

BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann tropical: A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento de Documentação e Informação Cultural, 1990, 330p.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e Família Burguesa. In PRIORE, Mary Del et. al. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2001. p. 223-240.

ENGEL, Magali. *Meretrizes e Doutores: Saber Médico e Prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro. 1860-1910*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

MÉRIAN, Jean-Yves. *Aluísio Azevedo: vida e obra (1857-1913)*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional: Garamond, 2013.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Relação entre História e Literatura e Representação das identidades urbanas no Brasil (séculos XIX e XX). *Anos 90, Porto Alegre, n.4, dez. 1995. P. 115-127*.

POPINIGIS, Fabiane. *Proletários de Casaca: Trabalhadores do Comércio Carioca, 1850-1911*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no primeiro reinado*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2002.

SANTOS, Daniela Soares. O Cortiço: Higienização de Casas e Formação de Almas. *História e Perspectivas*, Uberlândia, Jan.Jun. 2006. p. 261-294.

SILVA, Marinete Santos. Clientes e Circuitos da Prostituição no Rio de Janeiro do século XIX. Rio de Janeiro. *Dimensões*, vol. 29, 2012, p. 374-391.

SOIHET, Rachel. *Condição Feminina e Formas de Violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In PRIORE, Mary Del et. al. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2001. p. 362-400.

THOMPSON, Edward P. *A Formação da Classe Operária Inglesa: A árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Vol. 1.